Elo

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Diretor: José Diniz – Ano XLIV – ABRIL 2019 Mensário N.º 505 Preço € 0,70

PADM

PLANO DE AÇÃO
PARA APOIO AOS
DEFICIENTES MILITARES

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL

ctt correios
TAXA PAGA
PORTUGAL

PORTE PAGO

ADFA

Assembleia-Geral Nacional Ordinária do 45º Aniversário

ESMAGADORA PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS REFORÇA COESÃO

pág. 12 a 16

Audiência com a secretária de Estado da Defesa Nacional

Decisão política salvaguarda especificidade dos deficientes das Forças Armadas

pág.24

A introdução de um artigo 12º na proposta de Estatuto do Antigo Combatente garante a autonomização de um Estatuto dos deficientes das Forças Armadas a consagrar em Lei



Viúvas dos deficientes militares

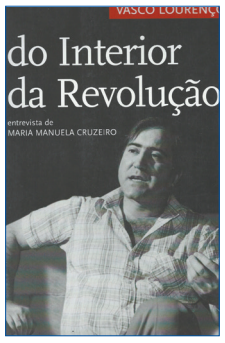
Parlamento aprova alteração ao regime das Pensões de Preço de Sangue

pág. 11

FOTOS RAFAEL VICENTE

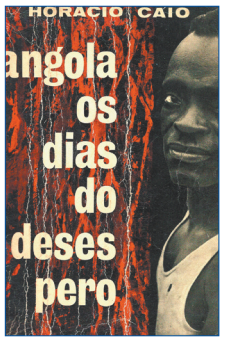
Livros

Por José Diniz



VASCO LOURENÇO
- DO INTERIOR DA REVOLUÇÃO
Autor: Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro
Edição: Âncora Editora, Lisboa, e Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra, Abril de 2009 (1.ª edição), 576 pg.

Ao publicar uma recensão sobre este livro, esta página evoca o 25 de Abril quando passam 45 anos da Revolução dos Cravos. Vasco Lourenço foi um dos principais protagonistas do antes, durante e depois da viragem histórica de Portugal para a Democracia e nesta obra ele fala desses momentos na primeira pessoa, de como os viveu e sentiu. Começa por falar das suas origens de lugar e familiares, da opção pela carreira militar, da participação na Guerra Colonial na Guiné, de 1969 a 1971. Do 25 de Abril fala das reuniões clandestinas preparatórias, do 16 de Março, do afastamento compulsivo para os Açores onde viveu a noite da Revolução. Volta a assumir grande protagonismo em todo o processo no pós-revolução, em todos os muitos episódios que ocorreram, sendo os mais relevantes o 28 de Setembro, o 11 de Março, o 25 de Novembro. A entrevista (e o livro) termina em 1976 com a aprovação da Constituição pela Assembleia Constituinte.
O livro apresenta-se sob a forma de entrevista e é o resultado de 40 horas de conversas entre a jornalista e Vasco Lourenço, cumprindo, assim, o "dever de memória (…) que contraíram todos os protagonistas daquele que é um dos acontecimentos mais importantes, se não o mais importante, do séc. xx português." (do prefácio--pg.11).
"Este livro surpreenderá certamente pela quantidade de informação. Muita dela total ou parcialmente inédita, mas, sobretudo, pelo desassombro e frontalidade do discurso, pela exuberância do pormenor, pela memória fotográfica dos episódios e personagens, bem como pelas impressivas marcas de oralidade que fazem desta entrevista um repositório único de pequenas estórias de que se faz a história. São traços que se não quiseram apagar, nem sequer atenuar, reveladores que são da prodigiosa memória que todos reconhecem ao meu entrevistado. Mas de uma memória que é muito mais do que um dom com que a natureza dota alguns. No seu caso trata-se de uma reserva factual afectiva e ética, cultivada pela coerência própria, e sempre alimentada por uma atenção vigilante sobre a coerência (ou falta dela) dos outros." (do prefácio--pg 16).
Vasco Lourenço, o "eterno Capitão de Abril", é igual a ele próprio ao longo desta entrevista: frontal, directo, honesto. De facto, seria difícil para ele dizer o que diz se não fosse esta forma coloquial de comunicar o que viveu e o que sentiu. Um livro de memórias escrito solitariamente não seria tão rico e espicaçante da memória, tão revelador do caracter do entrevistado, tão estimulante para quem o lê.



ANGOLA, OS DIAS DO DESESPERO
Autor: Horácio Caio
Edição do autor, Lisboa, Outubro de 1961, 6.ª edição, 154 pg.

Este livro, recentemente oferecido à Biblioteca da ADFA, é uma edição antiga mas que merece uma referência nesta página, pelo testemunho de uma realidade trágica que deixou para a posteridade.
O autor integrava uma equipa de cinema da RTP que, no início de 1961, partiu para Angola para fazer uma série de documentários. Em Março dão-se os acontecimentos trágicos no norte de Angola que vitimam milhares de pessoas e marcam o início da guerra naquele território. A equipa da RTP foi dos primeiros órgãos de informação a chegar às zonas varridas pelos massacres.
O que Horácio Caio conta neste livro são relatos a quente do que viu, do que passou: pessoas desesperadas, corpos mutilados de civis e de militares, destruição de vidas e de haveres, colunas de civis armados com as armas mais diversas, enquadrados por pequenas formações militares, também mal armadas, que avançam penosamente enfrentando emboscadas e os mais variados obstáculos. Sente à sua volta uma raiva incontida e desejos de vingança.
Um retrato fiel dos primeiros meses da Guerra Colonial.



PARALISIA CEREBRAL EM PORTUGAL NO SÉCULO - XXI INDICADORES REGIONAIS - CRIANÇAS NASCIDAS ENTRE 2001 E 2010, REGISTOS DE 2006 A 2015
Autores: Daniel Virella e outros
Edição: Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral, Lisboa, 2019

Este caderno vem divulgar o Relatório periódico elaborado pelo Programa de Vigilância Nacional da Paralisia Cerebral aos 5 anos de idade. "Surge numa fase em que o registo de casos de Paralisia Cewrebral permite obter uma imagem bastante clara da epidemiologia da frequência da Pararlisia Cerebral no séc. XXI em Portugal, nas suas vertentes clínicas, de evolução e tendência temporal, e distribuição espacial no território." (pg III).
Ao incluir pela primeira vez indicadores regionais, este Relatório "contrbui para uma maior visibilidade das pessoas que vivem com PC em todo o País, mostrando a heterogeneidade de potencialidades, oportunidades, necessidades e estruturas de apoio disponíveis." (pg 4).

Associados Falecidos



Armindo Correia Gonçalves, associado 9981, natural da freguesia de Tamel (S. Veríssimo) do concelho de Barcelos, residente na freguesia de Manhente do mesmo concelho. Serviu na CCaç 2710 do BCaç 2951 em Moçambique. Faleceu a 29NOV2018 com 70 anos.



Leonel Durão Grazina Santos, associado 11042, natural da freguesia de S. Sebastião da Pedreira do concelho de Lisboa, residente na freguesia de Verderena do concelho do Barreiro. Serviu no Comando da Zona Operacional de Tete, em Moçambique. Faleceu a 20DEZ2018 com 72 anos.



Francisco Joaquim Costa Silva, associado 7826, natural da freguesia de Paranhos do concelho do Porto, residente na freguesia de S. Mamede de Infesta do concelho de Matosinhos. Serviu na CCaç 3310 do BCaç 3834 em Moçambique. Faleceu a 29DEZ2018 com 69 anos.



José Augusto Almeida, associado 2416, natural da freguesia de Baraçal do concelho do Sabugal, residente na freguesia de Alcabideche do concelho de Cascais. Serviu na CCav 624 do BCav 627 em Angola. Faleceu a 02JAN2019 com 76 anos.



Jorge Conceição Pinto, associado 12480, natural da freguesia e concelho de Bragança, residente na freguesia de Carnide do concelho de Lisboa. Serviu na 2.ª Companhia do Batalhão de Caçadores Paraquedistas em Angola. Faleceu a 30JAN2019 com 66 anos.



José Lemos, associado 13550, natural da freguesia de Gondar do concelho de Guimarães, residente na freguesia de Candoso do mesmo concelho. Serviu na CArt 751 do BArt 753 em Angola. Faleceu a 03FEV2019 com 75 anos.



Eduardo Augusto Portela Martins, associado 5736, natural da freguesia de Freixiel do concelho de Vila Flor, residente na freguesia de Castêlo da Maia do concelho da Maia. Serviu na CCav 1510 do BCav 1880 em Moçambique. Faleceu a 11FEV2019 com 74 anos.



Manuel Francisco Duarte, associado 12950, natural da freguesia de Povolide do concelho de Viseu, residente na freguesia de Fagilde do concelho de Mangualde. Serviu em Angola. Faleceu a 11FEV2019 com 78 anos.



Adelino Viegas Brites, associado 735, natural da freguesia de Querença do concelho de Loulé, residente na freguesia de Camarate do concelho de Loures. Serviu na CCav 624 do BCav 627 em Angola. Faleceu a 13FEV2019 com 76 anos.



Adélio Claro Simões, associado 3143, natural da freguesia de Zambujal do concelho de Condeixa-a-Nova, residente na freguesia de Santa Cruz do Bispo do concelho de Matosinhos. Serviu na CCaç 426 em Angola. Faleceu a 17FEV2019 com 77 anos.



Cândido Oliveira Carneiro, associado 13616, natural da freguesia de S. Pedro de Agostem, do concelho de Chaves, residente na freguesia de Santa Maria Maior do mesmo concelho. Serviu na CCS do BCaç 2894 em Moçambique. Faleceu a 01MAR2019 com 71 anos.



Carlos Simão Soares Abreu, associado 6897, natural da freguesia e concelho de Câmara de Lobos, residente na freguesia de Santo António do concelho do Funchal. Serviu na CArt 2732 na Guiné. Faleceu a 01MAR2019 com 70 anos.



Alberto Gomes Valente, associado 11368, natural da freguesia e concelho de Setúbal, residente em Portadown, Craigavon no Reino Unido. Serviu na CArt 1526 na Guiné. Faleceu a 03MAR2019 com 74 anos.



Luís Dias Henriques Gregório, associado 11852, natural da freguesia de Peso do concelho da Covilhã, residente na freguesia de Vales do Rio do mesmo concelho. Serviu na CCaç 1474 do BCaç 1871 em Moçambique. Faleceu a 11MAR2019 com 75 anos.



Serafim Sousa Torres, associado 8881, natural da freguesia de Guilhufe do concelho de Penafiel, residente na freguesia de Bitarães do concelho de Paredes. Serviu na CArt 524 do BArt 525 em Angola. Faleceu a 17MAR2019 com 77 anos.



Augusto António Ferreira, associado 439, natural da freguesia de Roliça do concelho do Bombarral, residente na freguesia de Marrazes do concelho de Leiria. Serviu na CArt 1521 do BArt 1853 em Angola. Faleceu a 20MAR2019 com 85 anos.

NOVOS ASSOCIADOS

Relação dos candidatos a associados efetivos para publicação no Jornal ELO, conforme estipulado no nº 4, do artigo 8º, dos Estatutos

Fernando Augusto Esteves • Joaquim Dias Costa • José Manuel Garcia Ferreira • José Marques Costa • Maria Emília Fernandes Penedones • Tomázia Silva Moura Freitas • Dorinda Baixinhatavares Adão • Francelina Inácio Ferreira • Maria Odete Nunes Martins Pereira • Ermelinda Jesus Marques • Aníbal Farreira Soares • Maria Carolina Pinheiro Rocha • Agostinho Marques Silva • Manuel Cardoso Ribeiro • António Augusto Alves • António Vitória Vicente • Maria Isabel Pires Plácio Linhol • José Manuel Freitas Pereira • Joaquim Manuel Caroça Alves • Maria Elena Santos Abreu Fonseca • Aldina Martins António Pinto • Maria Virgínia Sacramento Regolta Costa • Maria Teresa Cabral Pinto D'almeida • Álvaro Simão Lopes

Episódios

A excelência e a mediocridade

Por MCBASTOS
mcbastos@outlook.pt

O nosso azar é termos perdido prematuramente dirigentes de qualidade, a nossa sorte é termos encontrado sempre solução.

É verdade que dirigentes de qualidade são frequentemente insubstituíveis, na medida em que, por virtude das suas excecionais qualidades, criam o jogo e as regras; são ganhadores e pedagogos para com os perdedores.

Quem lhes sucede não pode ter a tentação de os substituir, e quem escolhe os seus sucessores não pode procurar uma sua versão aproximada. É preciso começar de novo, criar de novo o jogo e as regras.

Ora, as boas soluções emergem naturalmente, são o fruto óbvio da árvore que cultivámos, e é justamente isso que está a acontecer na nossa associação, uma solução que não cria rutura com as estratégias usadas anteriormente nem vazio enquanto não se formulam novas estratégias, porque boa parte dessas mesmas estratégias eram já fruto dos ramos sobrevivos dessa árvore.

Mas não tenhamos ilusões, as boas soluções não agradam a todos, nem podiam agradar; só a mediocridade costuma ser consensual. Os maus avaliadores ou as mentes perversas acabarão inevitavelmente por demonstrar a sua sanha pelas boas soluções.

Aos novos dirigentes, porém, encontrado o caminho e estabilizada a viagem, cumpre também honrar o passado.

A ADFA soube afirmar-se na sociedade como garante da persistência da memória, não permitindo o apagamento dos ecos incómodos da guerra, despertando as consciências do "esquecimento motivado" de uma guerra duplamente injusta. Injusta já pela manutenção da obsolescência do colonialismo, mas ainda pelo sacrifício de uma geração à ignorância, para manter os seus crimes.

A ADFA é uma coisa coletiva, adversa à cultura da personalidade, mas onde não se dissolveu nunca a riqueza da diversidade individual. Somos todos iguais na linha de partida, mas não chegamos todos ao mesmo tempo à linha de chegada. Fazer a razia aos píncaros dos nossos melhores momentos e das nossas melhores mentes não é um processo democrático de igualitarismo, é um processo despótico de estupidificação. A negação da diferenciação pelo mérito e a redução do indivíduo ao mero numeral só aproveita a quem não vê outro modo de atingir o nível dos melhores.

Mas acredito que algumas declarações que parecem vomitadas pela verborreia pesporrente dos espíritos canhestros de falsos democratas, não são mais do que o resultado infeliz de quem escolhe a arrogância para encobrir a má vontade e a incompetência. Coitados, não vêem que parecem assim desprovidos do mínimo de sentimento de gratidão, que costuma ser um traço identitário de inteligência e de humanidade. Às vezes, inevitavelmente, até têm razão, mas a arrogância insultuosa da sua autoimagem paternalista, a tentarem demagogicamente educarem-nos o gosto e as atitudes, gera sempre antipatia, e é comovente vê-los surpreendidos e ofendidos com o nosso desagrado, quando exercemos o nosso direito de lhes dizermos o que pensamos das suas opiniões e dos seus valores.

É desonestidade intelectual usar a humildade genuína daqueles a quem querem negar a distinção póstuma, por estes nunca em vida terem procurado honrarias pessoais, e até sentirem natural embaraço em recebe-las. É preciso dizermos-lhes que honrar o mérito de quem se distinguiu trabalhando para conquistar os direitos de que somos beneficiários, não é mitificação ou culto de personalidade, é simples gratidão. Muito menos é errado criarmos um precedente, como dizem alguns; criar um precedente, valorizando corretamente os bons exemplos é um clássico método didático conhecido como "reforço positivo". Se não reconhecermos os nossos maiores nunca passaremos da mediocridade.

A evocação da excelência, de quem até já foi assim reconhecido em vida pelos mais altos magistrados da nação, é um imperativo de honra e de dignidade devido aos seus pares, e a preservação da memória de quem se distinguiu assim entre nós é ainda um ato inteligente de cultura, que apenas os néscios e os invejosos desprezam.

Na verdade, tivemos, ao longo da longa vida da ADFA, sócios que não são iguais aos outros, e foram sobretudo muito diferentes de quem não quer reconhecer essa diferença. Ora, foram esses que fizeram a ADFA grande, não foram os que se põem na primeira fila para ficarem em destaque, não vendo que a sua pequenez de pigmeus jamais fará sombra à estatura gigantesca daqueles que pensam e agem com a elegância grandiosa das personagens superiores.

Nos últimos anos, a ADFA foi servida por quem sabia afirmar-se com as armas superiores da sedução e do afeto. Vencer e convencer não está ao alcance de todos, mas vencer e cativar é privilégio de muito poucos; na verdade, os mercenários do pragmatismo desumanizado, não podem ser sensíveis a este apuramento da condição humana, mas ainda assim, é deprimente vê-los alimentar a ilusão de que o desaparecimento das grandes figuras venha a tornar maior a sua pequenez.

São desprovidos do impulso natural de abraçar calorosamente a vontade de escrever no papel, na pedra ou no bronze o nome de quem constitui o exemplo maior do combate pelas causas que nos têm mobilizado a todos, para que ninguém ignore nunca até onde a ADFA elevou a excelência da sua luta. Esse exemplo é o orgulho natural que sentimos pela nossa história e o estandarte que quer erguer quem se propõe fazer cumprir a justiça devida aos que ainda têm sido esquecidos.

Mas sejamos condescendentes com esse analfabetismo emocional, que quando atinge estas proporções pode até configurar um distúrbio a requerer cuidados. Não nos esqueçamos nunca que somos uma associação de deficientes.

A ADFA criou uma cultura própria, não se rege exatamente como as suas congéneres, a ADFA é, ela também, um caso de exceção, provando que mesmo coletivamente não somos todos iguais. Mas a diferença tem de pagar um preço, e o preço a pagarmos é o da luta incessante pela estabilidade num sistema constituído por elementos de múltiplas origens, com diferentes formações e valores, multiculturais e com traumas de virtualmente todas as especialidades médicas, o que torna este sistema altamente dinâmico e complexo. Pois, é isso ou a inércia; e é isso que os dirigentes desta nova era já sabem há muito, é por isso também que são a melhor solução.

Versão áudio para deficientes visuais no Elo on-line deste mês

Editorial

Por Direção Nacional

A força de Abril nos associados

A dinâmica associativa mostrou-se elevada na Assembleia-Geral Nacional Ordinária realizada em Viseu, no dia 30 de março. Foram quase cinco centenas de associados que participaram nesta reunião magna da ADFA, decidindo como e quando a Associação vai continuar o seu trabalho em defesa dos direitos dos deficientes militares. A DN viu reforçado, pelo voto maioritário dos associados, o Caderno Reivindicativo a apresentar aos governantes, o instrumento que expressa o que é urgente e prioritário resolver pela reparação moral e material dos que ficaram feridos no cumprimento do Serviço Militar Obrigatório, na Guerra Colonial.

A mensagem de força que os associados deixaram na Assembleia-Geral reafirma o esforço e o diálogo empenhado de todo um ano de trabalho. O Relatório e Contas de 2018, também aprovados, são a evidência do muito que a ADFA tem interagido com as entidades oficiais, com resultados que geram expetativa em relação ao que falta cumprir dessa dívida que Portugal tem para com os deficientes militares.

As Pensões de Preço de Sangue das viúvas dos deficientes militares deixam de estar sujeitas a controlo orçamental, pois, na Assembleia da República, a Casa da Democracia, a unanimidade deliberou que essa injustiça tenha fim. Uma vitória pela memória de quem deu tudo de si, o seu corpo, os anos de juventude e a sua maturidade, pela Pátria. É também um reconhecimento que o Estado faz àquelas que sempre foram, para além de esposas e companheiras de uma vida difícil dos deficientes militares, as enfermeiras e cuidadoras informais, as psicólogas sem curso mas com a experiência de saber ouvir e sentir, que supriram como souberam e puderam as lacunas que Portugal ainda não conseguiu colmatar. Para elas, as nossas mulheres, o nosso agradecimento e o nosso Amor.

De novo o Estatuto do Deficiente Militar volta a estar na ordem do dia. A secretária de Estado da Defesa Nacional quis ouvir a ADFA sobre a proposta de lei que está a ser ultimada sobre o Estatuto do Antigo Combatente e, mantendo-se aberta a porta do diálogo, da auscultação à ADFA ocorrida em 2 de abril incluiu-se o artigo 12º, que salvaguarda a especificidade dos deficientes militares, enquanto antigos combatentes. O empenho do Governo em aproximar a legislação das pessoas é grande e a ADFA está sempre pronta a colaborar, na defesa intransigente dos direitos dos deficientes das Forças Armadas que, pela Condição Militar sob a qual serviram Portugal, estão na linha da frente de todos os combates que ainda falta travar.

Nos 45 anos do 25 de Abril a ADFA continua alicerçada nos valores da Liberdade, da Solidariedade, da Cidadania e da Democracia. A nossa memória não deixa esquecer que foi da Guerra Colonial que se levantou a vaga que haveria de derrubar quatro décadas de ditadura, trazendo para a luz da Liberdade todos os combatentes, e também os "inválidos da primeira grande guerra" que foram esquecidos e escondidos por um regime que apoucou o seu supremo sacrifício. A Revolução de 25 de Abril trouxe "o dia inicial inteiro e limpo/ Onde emergimos da noite e do silêncio", de Sophia de Mello Breyner Andresen, e a ADFA seguiu-lhe corajosamente os passos em 14 de maio de 1974.

No último mês, nas primeiras reuniões associativas realizadas sem a presença física do nosso José Arruda, a ADFA mostrou a sua dinâmica, o seu vigor e a sua capacidade para erguer-se da tragédia, na sua missão de servir, uma e outra vez, Portugal.

A força dos associados não se esgota nas reuniões estatutárias. Fez-se sentir na aclamação do Voto de Pesar pelo falecimento do presidente José Arruda pronunciado pelos associados na AGN, em 30 de março, e prolongar-se-á nas celebrações do 45º Aniversário da Associação, na Sessão Solene na Sede Nacional, em 14 de maio, e no Almoço-Convívio Nacional, no dia 1 de junho, em Carapinheira, Coimbra.

A ADFA somos todos nós! As Delegações, todos os dirigentes, associados, familiares e amigos estão mobilizados para um encontro pela Memória e pelo Futuro. Está nas mãos de cada um dar o contributo de vida que mantém esta chama acesa na ADFA.

48 RETRATOS DE GUERRA
48 BOMBAS RELÓGIO
48 ELEGIAS

À memória de José Arruda, presidente da Direção Nacional da Associação de Deficientes das Forças Armadas

Eu sou uma brevíssima pátria de pés esfolados.
Levo ampolas vivas e um vocabulário cruel.

Fernando Assis Pacheco

W.H.R. Rivers foi um antropólogo britânico e psiquiatra no hospital militar de Craiglockhart, na Escócia. Corria a Primeira Guerra Mundial. Rivers foi o autor da clássica conferência "The Repression of War Experience", proferida em 4 de Dezembro de 1917 na Royal Society of Medicine, em Londres, e posteriormente publicada em The Lancet em Fevereiro de 1918 (1). Neste artigo W.H.R. Rivers defendia que para abordar a questão do trauma, por motivos ligados à guerra, era essencial olhar para as manifestações artísticas, mormente aquelas que se relacionavam com o discurso, como a literatura, e expunha as suas dúvidas sobre o método então adotado para curar os veteranos de guerra que sofriam do que a psiquiatria da época designou como "shell shock" ou "neurose de guerra". O tratamento consistia em, ativa ou voluntariamente, reprimir os episódios traumáticos que tinham feito parte da experiência do indivíduo, com o objetivo de os tornar inacessíveis à memória produzindo assim o chamado estado de supressão, após o qual os pacientes eram considerados curados e reenviados para o cenário de guerra. Neste artigo, W.H.R. Rivers, desafiando a terapia geral e apresentando casos de pacientes que tinha tratado em Craiglockhart War Hospital, defendia que a repressão de memórias de guerra, como era habitual fazer, não era o método mais correto. De acordo com o psiquiatra, o mecanismo natural do ser humano ao lidar com memórias dolorosas é justamente o de tentar esquecê-las ou, pelo menos, evitá-las, e se o não consegue fazer a ponto de ser diagnosticado com "neurose de guerra", é porque lhe é impossível esquecer e continuar a sua vida com esse trauma, que, de acordo com o método usado, ao ser reprimido durante o dia, frequentemente se manifestava durante a noite sob a forma de insónias, pesadelos, medos e outras perturbações psicossomáticas.

Segundo W.H.R. Rivers, a melhor maneira de abordar o problema e seguir uma terapia eficiente era precisamente dar oportunidade ao paciente de falar das suas experiências, seguindo o princípio da catarse, por oposição ao princípio da repressão. No entanto, como sublinhava o psiquiatra, não se tratava apenas de defender a exposição das memórias de guerra, nem de assumir uma concentração exaustiva do pensamento nessas mesmas memórias. Ao contrário, na sua opinião, era precisamente por enfrentar essas memórias, ligadas muitas vezes a sentimentos de culpa, cobardia, arrependimento, vergonha, perda de identidade e engano que era possível atenuá-las na mente. Mas apesar de tudo elas voltariam sempre, sob a forma de sonhos, pesadelos, reações somáticas aparentemente sem ligação, histerias ou desadaptações à vida civil de vária ordem.

Este artigo histórico, publicado em plena Primeira Guerra Mundial, é de um considerável pioneirismo para a sua época na medida em que lida com os princípios do tratamento efetivo do que hoje em dia designamos por stress pós-traumático. Mas, para além do tratamento a dar aos pacientes no momento do internamento hospitalar, Rivers interrogava-se também sobre o futuro destes homens. Foi sobre os homens em tratamento em Craiglockhart War Hospital, que o poeta inglês da Primeira Guerra e seu paciente, Siegfried Sassoon, escreveu em Outubro de 1917 o poema "Survivors", cujo título indica por si só a condição intermédia dos homens que tecnicamente sobreviveram à guerra, não deixando de apontar para o que restaria de todo aquele mundo vivido nas trincheiras e abafado a cheiros de hospital. Assim, e contra todas as expectativas iniciais, ficava o aviso de que para quem tinha vivido a experiência da guerra, a guerra não terminaria com o seu fim, e que o abandono que sofreriam no pós-guerra faria parte do "desencantamento" a que se referia C. E. Montague.

Relendo este artigo hoje, e tendo em mente o último livro de Vasco Luís Curado, Declarações de Guerra – histórias em carne viva da Guerra Colonial (Guerra e Paz, 2019), é patente que quarenta e tal anos depois do final da Guerra Colonial portuguesa, ela continua viva na mente dos seus protagonistas, como aliás o autor – psicólogo clínico, que seguiu vários homens que estiveram na Guerra Colonial – sublinha no subtítulo e os testemunhos atestam:

"Não posso estar em locais com barulho, nem supermercados, nem cafés. Só estou bem quando estou num canto sozinho no escuro. Sonho com a guerra. No meio do sono, rastejo no chão da sala e falo sozinho como se fosse para o radiotransmissor: "Aqui caju alfa…Informo que estou nas coordenadas tal e tal… Mande vir os flippers [aviões para bombardear]... Estamos a ser flagelados de Cacine 5…"

"A minha mulher põe-me uma manta por cima, acordo no meio da sala."

(Primeiro-sargento fuzileiro), p. 59

"De noite, sonho que estou lá e, de manhã, levanto-me doente e irritado, tenho de ir para a rua, sou incapaz de estar em casa. Aquilo não passa. Vejo os feridos, os mortos. Nunca mais abri o álbum de fotografias."

(Soldado atirador), p. 156

De 1961 a 1974 Portugal manteve uma longa Guerra Colonial em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, mobilizando em Portugal continental e nas ilhas perto de um milhão de homens e tocando praticamente todas as famílias portuguesas. A experiência da participação neste evento de indefinida colocação historiográfica, quer pela denegação que oficialmente o caracterizou, quer pela radical reformulação geopolítica do país que a partir dele se engendrou com a descolonização, tornou este acontecimento um dos mais recalcados e complexos, mas também um dos mais trágicos eventos da contemporaneidade portuguesa que ainda hoje nos interroga.

"Declarações de Guerra – histórias em carne viva da Guerra Colonial" é composto por 48 textos escritos em primeira pessoa e baseados em testemunhos, conversas e episódios de 48 ex-combatentes da Guerra Colonial nas várias frentes do império, incluindo Índia e Timor, mas maioritariamente Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, ou seja, as três frentes da Guerra Colonial de 1961 a 1974. Os seus "autores" são soldados, cabos, sargentos, furriéis, alferes milicianos, homens com vivência da guerra no terreno e em sítios particularmente difíceis, cujos testemunhos desfazem qualquer ideia suave da guerra e dos comportamentos por ela despoletados, qualquer ideia suave do tratamento dado aos designados "nativos", qualquer ideia suave de defesa da gloriosa pátria naquelas paragens. O medo da morte que sempre espreita e mora ao lado, os corpos esfacelados pelas minas e ataques, os bombardeamentos de napalm, as "limpezas" das aldeias, a execução sumária, a tortura, o uso e abuso do álcool e dos speeds, a falta de quase tudo, o enlouquecimento individual e coletivo, a pulsão de morte na guerra e para além da guerra, são elementos presentes em muitas das 48 "declarações de guerra" que desfilam diante de nós como fotografias de alguém a quem dantes se dava um nome.

Estamos perante homens cuja experiência da guerra virou do avesso, pessoas condenadas a viver em rutura identitária, social, espacial e temporal, e cuja narrativa destas vivências quase impede de reconhecer.

"Tenho feito uma revisão da minha vida para me tentar perceber. Toda a vida recalquei a guerra, e agora isso está a vir ao de cima. (…) Descubro em mim raiva, ódio, fúria, pelo modo como os combatentes foram tratados por este país ao longo dos anos depois da guerra. (…) Ultimamente tenho tido dificuldade em dormir. Acordo às cinco da manhã e faço uma retrospetiva da guerra. (…) O que me ficou não foi um sentimento de culpa ou problemas de consciência, mas sim espanto: espanta-me eu ter conseguido fazer aquilo que fiz. Julguei durante décadas que a guerra estava esquecida. Sei que o meu espanto se transformará em culpa, mais tarde ou mais cedo."

(Alferes sapador) (pp. 73-4)

A linguagem é direta e desapaixonada, a violência explícita, e para o leitor é um mergulho sem filtro em episódios da violência brutal da guerra e dos seus despojos hoje. Apesar da solidariedade inevitável que temos com estas vidas brutalizadas e desencontradas, não podemos deixar de ver nelas a imagem do perpetrador violento de todas as guerras. Ao mesmo tempo emerge diante de nós a imagem do soldado português da Guerra Colonial como a "vítima em uniforme", numa adaptação da expressão usada por Rachid Mokhtri no seu recente trabalho, sobre a guerra da Argélia e a sua representação no romance francês (2). E apesar do muito que já se escreveu sobre esta guerra, na forma de testemunho direto, diário, poesia ou romance, seja da autoria daqueles que a protagonizaram, seja das mulheres que os acompanharam, seja ainda dos filhos e das filhas de homens e mulheres que estiveram envolvidos na guerra e que hoje interrogam esta herança – falo de obras de Rodrigo Guedes de Carvalho, Daqui a nada, de Norberto Vale Cardoso, Impressão Digital, Paulo Bandeira Faria, As Sete Estradinhas de Catete ou Paulo Faria, Estranha Forma de Guerra de Uso Comum e do próprio Vasco Luís Curado em País Fantasma - creio que nunca a Guerra Colonial nos foi transmitida de forma tão pessoal, tão íntima e tão brutal como nestes curtos mas incisivos retratos elaborados por Vasco Luís Curado. Em cada agonia destes depoimentos espelha-se o drama coletivo dos que viveram a guerra no terreno e que no pós-guerra foram deixados ao abandono. E é através deste excesso de memória individual con-

tra a falha da memória coletiva que emerge nestes sujeitos a consciência do grande logro em que estiveram envolvidos, a "old lie" de todas as guerras de que falava o poeta inglês da Primeira Guerra, Wilfred Owen: "The old Lie: Dulce et decorum est / Pro patria mori" (3). É exatamente com essa questão, transmitida pela boca de um ex-combatente, que Vasco Luís Curado inicia estas 48 viagens ao fim da noite da Guerra Colonial.

"Para que é que foi aquilo? Porque é que nos mandaram para a guerra?" "Ia motivado: era uma missão de vida, achava-me um homem de coragem, um patriota, sentia honra e orgulho por ir para o Ultramar, ia motivado por noções de cumprimento do dever, a coesão da pátria, o colectivo, a morte digna e com honra, a ética dos heróis.

"Quando voltei para casa, não era a mesma pessoa, nem podia ser." (p. 13)

A elaboração dos retratos obedece a um padrão relativamente identificável e regular: a vida anterior à mobilização e à guerra; a guerra no terreno contada em geral a partir de episódios particularmente marcantes em que a violência real e simbólica é significativa; o regresso imperfeito da guerra e a guerra hoje e ainda no coração e na cabeça destes homens, quarenta anos depois, com as suas imagens recorrentes e avassaladoras, os seus fantasmas, as suas ruínas, os sonhos perturbadores, o ressentimento e o remorso, a culpa, a incompreensão sobre os reais motivos da guerra em que estiveram envolvidos; a ausência de reflexão sobre os motivos da luta do "inimigo"; a incompreensão de tudo o que sobre eles ainda hoje se abate. Poderíamos pensar que este padrão de narração tornaria o livro previsível a certa altura. Nada mais contrário; este enquadramento revela-se como absolutamente necessário, como uma rede de salvação do leitor num mundo de barbárie gerado e exercido por todos, sobre quase todos.

A maioria das histórias revela-nos o país que era Portugal nos anos 60 na época de mobilização para a guerra, a partir das camadas populares – a pobreza, o abandono, o analfabetismo, a falta de oportunidades em geral que fazia da guerra ou da emigração as únicas formas de fugir à miséria, as hipóteses remotas de fuga à guerra, a ideia vaga da defesa da pátria, a presença distante da família, da namorada, da mulher ou da madrinha de guerra. No terreno hostil do mato, a guerra não é apenas uma coisa mental, é um corpo treinado para o ataque e para a defesa, são os corpos decepados dos amigos nunca vingados até à indiferença da morte, é o tempo a passar lento e a desgastar, é o álcool que a todos anestesiava, o embrutecimento, a falta de comida, a fome, as condições insalubres, os ataques, o enlouquecimento. E a guerra ganha uma consistência material e corpórea composta de imagens medonhas.

"Passámos por quatro ou cinco miúdos negros, em fuga, assustados, que iam ter com o lobo que éramos nós. O alferes mandou-nos seguir caminho e atirou uma granada para o meio das crianças, que ficaram desfeitas. Rimos muitos com aquilo: bocados de crianças espalhados pelo chão."

(Primeiro cabo explorador-observador) (p. 78)

"Recusei funções na secção de oficinas e mecânica: preferi regressar ao mato, combater, procurar os companheiros, vingar os mortos. Sentia raiva e ódio, queria ter asas e romper aquelas matas e vingar os meus homens. A partir daquele momento, passei a derreter tudo o que me parecia pela frente. Pagou o justo pelo pecador.

Tornei-me nervoso, alerta, sempre à beira do sobressalto, como um cão de caça."

(Primeiro-sargento para-quedista) (p. 97)

No regresso perdem o grupo, estão sós atirados para uma vida anterior que não esperou por eles. Consigo trazem a violência: na rua, em casa, com os vizinhos, no trabalho são homens desadaptados automatizados para o conflito que vai desde a inadaptação ao trabalho, ao envolvimento em pancadarias diversas, à tentação de matar e a vontade de morrer, à violência doméstica sobre as mulheres ou os filhos. A guerra tornou-se uma coisa privada, ficou com eles e com as suas famílias, a casa é muitas vezes o refúgio único, outras vezes a prova da impossibilidade de continuação de uma vida normal, com episódios de divórcios sucessivos, violências, mas também de pedidos desconcertados de alguma compaixão; os encontros de ex-combatentes e as memórias a eles associadas são o lugar de reencontro de um sentido, o lugar de abrigo; mas o anúncio da morte de um camarada, desperta a "ampola viva" da guerra que o ainda os habita. Nestes retratos elaborados por Vasco Luís Curado, a enfâse narrativa é colocada na dimensão vivencial de um sujeito individual, cuja experiência e o testemunho convertem em sujeito histórico acidental e, consequentemente, em narrador da sua história.

W.H.R. Rivers terá pressentido a necessidade da mudança de atenção sobre os veteranos de guerra e é manifesta a sua sensibilidade ao discurso e à escrita dos ex-combatentes. Terá sido sensível à função social e política da escrita de guerra, mas, ainda que tenha pressentido, não lhe terá atribuído a dimensão terapêutica de exorcização de um trauma, ou seja, a "dimensão clínica" que hoje a crítica literária e a psiquiatria atribuem aos testemunhos literários ou não. Sabemos hoje que revisitar os espaços de guerra ou de trauma, real ou ficcionalmente, é uma forma de drenagem de um drama interior, ligado a sentimentos de culpa, remorso e dor que impelem o sujeito para a narração, assim o aliviando do peso da experiência por o representar em literatura, em arte ou discurso.

Este foi o gesto catalisador do autor Vasco Luís Curado que, tendo nascido já praticamente no final do tempo e do espaço político e histórico que deu lugar a esta guerra e a estes episódios, exerce como autor um ato de compaixão (4) atribuindo uma narratividade a vidas que os seus protagonistas nunca mais tinham conseguido alinhar e justificar para si e para aos outros, conferindo a cada um a possibilidade de fazer a sua viagem interior e de converter a sua "declaração de guerra" em espaço de comunicação e de reclamação de paz no interior de um mundo em guerra. E esse gesto é a pós-memória, o gesto que possibilita a construção de uma memória sobre a Guerra Colonial, partilhada por todos e não apenas pela geração que teve o azar histórico de a protagonizar. Um gesto das gerações seguintes que nos demanda uma democracia com memória.

*por Margarida Calafate Ribeiro **

(1) "The Repression of War Experience" foi publicado em The Lancet, em 2 de Fevereiro de 1918.
(2) Rachid Mokhtari, La guerre d'Algérie dans le roman français, Chihab Editions, 2018.
(3) Wilfred Owen, The Complete Poemas and Fragments (edited by Jon Stallworthy), London, Chatto & Windus, The Hogarth Press and Oxford University Press, 1983, p. 140.
(4) Ver António Sousa Ribeiro, "Pós-memória e compaixão – a razão das emoções", Memoirs – Público, 15 de Setembro, 2018, p. 15.

*Margarida Calafate Ribeiro é investigadora-coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidadede Coimbra, projeto Memoirs - Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias (ERC Consolidator Grant nº 648624) e responsável pela Cátedra Eduardo Lourenço, Camões/ Universidade de Bolonha (com Roberto Vecchi).



PADM
PLANO DE AÇÃO
PARA APOIO AOS
DEFICIENTES MILITARES

Linha de Atendimento dos Deficientes Militares

Contacte-nos pela Linha de Atendimento dos Deficientes Militares (LADM) – 800 100 103, a funcionar entre as 08H00 e as 20H00 dos dias úteis.

COLUNA DO ZANGÃO

Não te coíbas de repetir o que já disseste porque és pequeno e só assim talvez será possível que te oiçam

VIRGILIO FERREIRA (1916-1996)

A "Coluna do Zangão" solicitou a diversos analistas de renome que comentassem assuntos recentes de pertinente importância.
O nosso painel acedeu prontamente e, como foi referido no nosso número de MAR/19 vamos apenas apresenta-los pelas suas iniciais.
PVN O glifosato volta a ser notícia. Inventado, desenvolvido e comercializado pela multinacional americana Monsanto. Desde que foi introduzido no mercado que a sua aplicação tem sido alvo de reparos pelos efeitos maléficos que tem para a agricultura e para as pessoas.
Há poucos dias foi divulgada uma lista de bebidas alcoólicas que contêm este pernicioso herbicida.
Este assunto não é a primeira vez que é abordado neste espaço, mas nunca é de mais repeti-lo.
Em cervejas de consumo mundial e castas de vinhos sobejamente conhecidas foram encontrados vestígios do glifosato. (para os interessados basta uma rápida consulta via internet onde são divulgadas as variedades castas e marcas de cervejas).
A "Monsanto" foi adquirida pela Bayer que, como todos sabemos é a maior produtora de medicamentos, e não só, a nível mundial.
Casamento perfeito, pensarão alguns. Consumimos produtos contaminados, mas eles têm os produtos para nos curarem e assim está tudo bem.
Só que já há pessoas que morreram devido ao herbicida. Provavelmente será melhor a gigantesca multinacional voltar-se para empresas funerárias, (se é que já não as tem). Assim sim. Não só poderíamos beber tranquilamente a bebida envenenada, como depois teríamos os remédios que nos curariam (?), e se tal não acontecer, teremos assegurado o transporte para a última morada.
Z.A. Eu quero trazer para debate um assunto que se prende com um conhecido e que me pediu ajuda.
O Ti Manel tem uma tasca em Bailarico de Baixo.
Aqui reproduzo (algumas) das suas palavras:
- Com a fuga da mocidade p´rá cedade isto tá mai morto que vivo. Ora tô na penúria. Vieram ter comigo uns banquêros dos bancos e todos me criam botar dinheiro no bolso. Uns até me davam um "papa-reformas" p´ra ir à venda.
Ósdespois andarem p´ráí uns gajos a d´zerem cos bancos forem abaxo. E ê pensê. Se faliram, ainda bem que forem à minha frente. Porrero, já me vejo livre das contas.
Atão comecê a pagar p´ros bancos falidos. Bom quando chegar a minha vez tô safo.
Paguê e nam refilê, até andava todo contentinho.
A porra é que vieram uns janotas com muitos papéis, fatiotas, canetas, palavras de sete e quinhentos, todos sô tôr pra cá, sô tôr pra lá, e eu sem perceber patavina.
Pensei cá cos mês botões. Tenho uma dividazinha de nada, estes gajos têm uma dividazorra que alto lá vareta, portanto….tô safo.
Foi atão cos dótores botaram faladura comigo.
Senhor Manuel. O sr. deve quatro mil setecentos e trinta e dois euros e setenta e seis cêntimos.
E se não pagar no prazo máximo de vinte dias, tiramos-lhe a casa, a tasca, a mota, a roupinha toda.
Ainda meio gago precurei. Tamém me levam o penico?
Só abanarem a marmita (cabeça).
Ia-me dando um fanico. Atão há nove meses pedi mil e duzentos êros, pra pagar num ano e agora que raio de parideira pariu uma dívida tamanha.
Atão nãm me descontaram dinheiro pra pagar a divida do banco?
Ós banqueiros tamém levaram as casaronas, os carrões, as quintas, as fatiotas, o carcanhol que tá aqui, ali e notro lado?
J.B. Ando um pouco confuso com a programação televisiva.
Candidatas a noivas? Então homens e mulheres andam em permanente actividade em prol da igualdade de sexos, e depois competem umas com as outras para ver quem ganha o prémio? (leia-se, noivo, marido, etc.)
Não posso deixar destacar um apresentador da RTP que no passado dia 30 de Março, disse num programa em directo:
- *"Um grande beijinho para os meus cães."*
Informou que os animais estavam em casa a vê-lo através da TV, e finalizou:
- *"Eles gostam de ver o pai na televisão"*

Vitor Sengo

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
ADFA
UMA REDE SOLIDÁRIA
Faça parte desta rede!
Consigne 0,5% do seu IRS à ADFA sem custos para si.

11	CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO		
	ENTIDADES BENEFICIÁRIAS		
	Instituições religiosas (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, 22 de junho) ☐	1101	5 0 0 0 3 2 2 4 6 ☐ ☐
	Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, 22 de junho) ☒		
	Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14.º, n.ºs 5 e 7, da Lei n.º 35/98, de 18 de julho) ☐	1102	
	Instituições culturais com estatuto de utilidade pública (art.º 152.º do CIRS) ☐	1103	

...e desde já o nosso obrigado.

Lisboa

Informação sobre Atendimento

A Delegação de Lisboa informa que a Secretaria encerra todos os dias às 17h00.
Para renovação de cartões de saúde e outros, os associados devem entrar em contacto com o Serviço de Secretaria - Pedro Rodrigues – pelo número 217 512 601.
Os associados que necessitarem de renovar a carta de condução podem entrar em contacto com os Serviços Clínicos - Ana Paula Vicente – pelo número 217 512 612.
A Direcção da Delegação de Lisboa informa ainda os associados que, tendo entrado em vigor o Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD), solicita que entrem em contacto com a Secretaria da Delegação de Lisboa pelo número 217 512 630 ou 217 512 625.

Núcleo de Sintra, sempre a mexer!

O Pelouro de Acção Social da Câmara Municipal de Sintra realiza todos os meses um evento, que cobre as mais diversas áreas, no Centro Cultural Olga Cadaval, destinado à população idosa do Município, de forma a combater o isolamento e a proporcionar o convívio entre os munícipes.

ATIVIDADES OCUPACIONAIS

O Núcleo da ADFA em Sintra disponibiliza diversas atividades aos associados, familiares e amigos: Informática (básico) – segundas e sextas, das 15h00 às 17h00; Pintura a óleo – segundas e sextas, das 15h00 às 17h00; Jogos Tradicionais (sueca, damas, dominó) – quartas, das 15h00 às 17h00; Yoga do Riso – quintas, das 15h00 às 17h00, e, de 15 em 15 dias, das 21h00 às 23h00; Flores de porcelana a frio – terças, das 10h00 às 12h30; Bainhas abertas – sextas, das 9h30 às 12h00; Tertúlia de poesia "Tertuliana" – primeira quinta-feira de cada mês, das 16h00 às 18h00 - direcção e fundação de Ana Matias - belamatias@netcabo.pt.

TEATRO COM "OS CINTRÕES"

No âmbito do Núcleo de Sintra e das atividades "sempre a mexer", um grupo de elementos do Núcleo, por convite da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão (Programa "Os Dias da Idade", da CMS), foi assistir ao ciclo de Música Reportório Osório, no dia 13 de março. O Núcleo aproveita para agradecer à Câmara Municipal de Sintra a tarde de convívio que proporcionou.

TORNEIO DE SUECA

Teve início no dia 20 de fevereiro o 10º Torneio de Sueca. Em alegre convívio e em saudável disputa estão dez equipas. O Torneiro decorrerá até ao próximo dia 15 de maio.

Em viagem com os associados

O convívio associativo é muito importante na vida da ADFA e as viagens organizadas pela Delegação de Lisboa são momentos de descontracção e lazer muito apreciados pelos participantes que aproveitam, com as suas famílias, para conhecerem em grupo destinos turísticos acessíveis.
A Delegação de Lisboa está a preparar várias viagens e indica que os pedidos de informações sobre preços e serviços incluídos, bem como as inscrições, podem ser efectuados junto da Sede da Delegação de Lisboa, no Secretariado da Direcção da Delegação de Lisboa (Isabel Franco), pelos números 925 987 469 ou 217 512 615, ou no endereço electrónico direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com.

VIAGEM "RITMO CUBANO"

Havana, Guamá, Trinidad, Cienfuegos, Varadero
A Delegação informa que o grupo que vai realizar esta viagem já está completo.

PEREGRINAÇÃO A LOURDES

A Delegação está a organizar uma Peregrinação a Lourdes, França, entre 24 e 29 de junho.
Os interessados podem conhecer mais pormenores desta viagem e o preço por pessoa, ou inscrever-se junto dos serviços da Delegação de Lisboa.

CIRCUITO CROÁCIA, ESLOVÉNIA, BÓSNIA-HERZEGOVINA E MONTENEGRO

Para o período de 31 de maio a 7 de junho, a Delegação de Lisboa está a preparar uma viagem pelo Circuito Croácia, Eslovénia, Bósnia-Herzegovina e Montenegro, com passagem por Zagreb, Ljubliana, Lago Bled, Split, Kotor e Dubrovnik.
Serão oito dias em regime de pensão completa, com preços e condições disponíveis para consulta nos Serviços da Delegação de Lisboa.

TESOUROS DA ROMÉNIA

Da Transilvânia aos Mosteiros Moldavos, é a viagem que a Delegação de Lisboa propõe aos associados, familiares e amigos. Com realização entre 3 e 10 de julho, os viajantes vão descobrir os "Tesouros da Roménia". São nove dias e sete noites em regime de pensão completa. Custos e condições disponíveis nos Serviços da Delegação de Lisboa.

Convívio, Cultura, Lazer e Reabilitação

A Delegação de Lisboa apresenta as atividades disponíveis para os associados, durante todo o ano, com inscrições abertas.
Para informações ou inscrições, os interessados devem contactar o Serviço de Ação Social da Delegação de Lisboa (assistente social Ana Machado) pelos números 917 365 357 ou 217 512 622 ou pelo endereço electrónico servico.social@adfa-portugal.com. Também é possível contactar o Secretariado da Direção da Delegação de Lisboa (Isabel Franco, administrativa), pelos números 925 987 469 ou 217 512 615, ou no endereço eletrónico direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com.

Aulas de Ginástica (Re)Adaptada na ADFA - 2ª, 4ª e 6ª feira, das 10h30 às 12h00 e das 14h30 às 16h00, com o monitor Tiago Barrela Gabirro, na sala de ginástica dos Serviços Clínicos da Sede e preço mensal de 20,00 euros.

Hidroginástica na Piscina do Lar Militar - 2ª e 4ª feira, em duas turmas, com a monitora Carla Veloso, das 09h30 às 10h30 ou das 10h30 às 11h30 - preço mensal de 35,00 euros.

ATIVIDADES OCUPACIONAIS - "INCLUSÃO PELA ARTE E CULTURA"

Yoga do Riso (gratuita) - 4ª feira, das 15h00 às 16h00, com o monitor e associado António Fernandes, no Auditório Jorge Maurício.

Aulas de Pintura - 3ª e 5ª feira, das 10h00 às 12h30, com a monitora Flávia Barbera, na sala 38, junto ao Bar – preço mensal de 20,00 euros.

Visitas Culturais - Todos os meses, 4ª feira à tarde – palácios, museus, exposições, entre outros, na área metropolitana de Lisboa. Próxima visita - Museu do Fado (3,00 euros por pessoa, com desconto incluído), no dia 17 de abril. Início da visita: 15h00 - Ponto de encontro na Bilheteira do Museu, pelas 14h45. Duração: 1h30. Delegação disponibiliza transporte, limitado aos lugares existentes, com saída da ADFA, pelas 13h30.

Aulas de Informática - 2ª feira, das 14h00 às 16h30; 4ª feira, das 10h00 às 12h30 - preço mensal de 25,00 euros – com o monitor António Branco, na sala 38, junto ao Bar.

DELEGAÇÕES CONTACTOS

Açores
Rua Ernesto do Canto, N.º 20
Apartado 309 - São Miguel
9500 Ponta Delgada
secretaria.acores@adfa.org.pt
296 282 221

Bragança
B.F.F. Habitação, Bloco H, N.º 20, R/C Dto.
Mãe d'Água
5300-163 Bragança
secretaria.braganca@adfa.org.pt
273 322 412

Castelo Branco
Quintal de S. Marcos, N.º 19, R/C
6000-146 Castelo Branco
secretaria.castelobranco@adfa.org.pt
272 341 201

Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, N.º 429 A, 6º F
3040-181 Coimbra
secretaria.coimbra@adfa.org.pt
239 814 644

Évora
Rua dos Penedos, N.º 10 C
7000-712 Évora
secretaria.evora@adfa.org.pt
266 703 473

Famalicão
Centro coordenador de Transportes - Loja 1
4760-038 Vila Nova de Famalicão
secretaria.famalicao@adfa.org.pt
252 322 848 / 252 376 323

Faro
Praça da Alfarrobeira, N.º 4 A
8000-503 Faro
secretaria.faro@adfa.org.pt
289 828 515

Lisboa
Avenida Padre Cruz - Edifício ADFA
1600-560 Lisboa
direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com
217 512 615

Madeira
Rua Velha da Ajuda, N.º 50
9000-115 Funchal
secretaria.madeira@adfa.org.pt
291 765 171

Porto
Rua Pedro Hispano, N.º 1105
4250-368 Porto
info.porto@adfa.org.pt
228 347 200

Setúbal
Rua Almeida Garrett, N.º 70
2900-211 Setúbal
secretaria.setubal@adfa.org.pt
265 229 750

Viseu
Praceta ADFA - Emp. Magnólias
Lote 4 R/C Q - Bairro da Balsa
3510-009 Viseu
secretaria.viseu@adfa.org.pt
232 416 034

Esta informação pode ser consultada no site institucional da ADFA, em www.adfa-portugal.com

Porto

25 anos de confraternização

Há 25 anos que um grupo de associados de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim organiza, na Quinta-Feira Santa, um jantar de convívio que, desde a primeira vez, ano a ano, alternadamente nos dois concelhos, nunca deixou de se realizar.
Este ano o núcleo "informal" que reúne regularmente em Vila do Conde, atinge a bonita data de 25 anos de confraternização associativa, marcante para todos os que ao longo do último quarto de século participaram neste encontro.
O convívio de 2019 realiza-se no próximo dia 18 de abril, Quinta-Feira Santa, com início às 20h00, no Restaurante "Recanto do Luís", situado em frente à Igreja da Lapa, de Vila do Conde, muito próximo do Estádio do Rio Ave.
Os associados da área geográfica foram já informados do programa, com indicação dos contactos para onde devem fazer a sua inscrição e a dos familiares que também são bem-vindos.
Se reside fora do âmbito deste núcleo "informal" e gostaria de se associar a esta confraternização também pode participar, desde que faça a sua inscrição até ao dia 15 de abril para o Serviço de Atendimento da Delegação do Porto, através do número de telefone 228 347 200.
Os organizadores esperam uma grande participação no encontro que se reveste de grande significado associativo.

Comemoração do 25 de Abril

O "25 de Abril" é uma data lembrada pela Delegação do Porto, em cada ano, pelo que representa para os deficientes militares e suas famílias.
Embora a Guerra Colonial tenha deixado as suas marcas, mortos e feridos, a data de 25 de abril de 1974 representa o fim de uma tragédia que atingiu a juventude portuguesa nos anos de 1961 a 1974, devolvendo ao povo português a Liberdade e a Democracia.
A ADFA, que adotou o lema "A Força Justa das Vítimas de uma Guerra Injusta", e os associados como a "Geração da Rutura", identificam-se com os valores genuínos do 25 de Abril.
A Delegação do Porto, à semelhança de anos anteriores, comemora esta efeméride com a abertura das suas portas à comunidade e incentiva os associados a passar pela Delegação neste dia, participando no seguinte programa:
10h00 – Cerimónia do hastear das bandeiras
10h30 – Disputa do "Troféu Liberdade"
12h30 – Almoço Comemorativo no refeitório da Delegação
14h30 – "Torneio de Sueca" (Inscrições na Delegação)
18h30 - Encerramento

Apresentação do livro da ADFA em Póvoa de Varzim

O livro da ADFA "Deficientes das Forças Armadas – A Geração da Rutura", vai ser apresentado no dia 27 de abril, pelas 16h00, no espaço Diane Bar, em Póvoa de Varzim. A sessão tem o apoio da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim, através da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto.
A apresentação desta obra que tem prefácio do professor Eduardo Lourenço estará a cargo de José Manuel Lages, coordenador científico do Museu da Guerra Colonial, em Vila Nova de Famalicão.
Estão convidados todos os associados, familiares e a comunidade local.

Viagens 2019

A Delegação do Porto organiza este ano as seguintes viagens:
- De 17 a 25 de agosto - Polónia (9 dias/8 noites) para visitar locais com motivos de interesse como Auschwitz, Cracóvia e Varsóvia. Inscrições até ao final do mês de abril, com número limitado de vagas.
- No mês de Agosto está previsto um passeio a Barcelona, podendo ser solicitado à Delegação o respetivo programa.
Os associados, familiares e amigos, mesmo que estejam afetos a outras Delegações da ADFA, poderão inscrever-se, desde que o façam atempadamente.

Departamento de Apoio Integrado

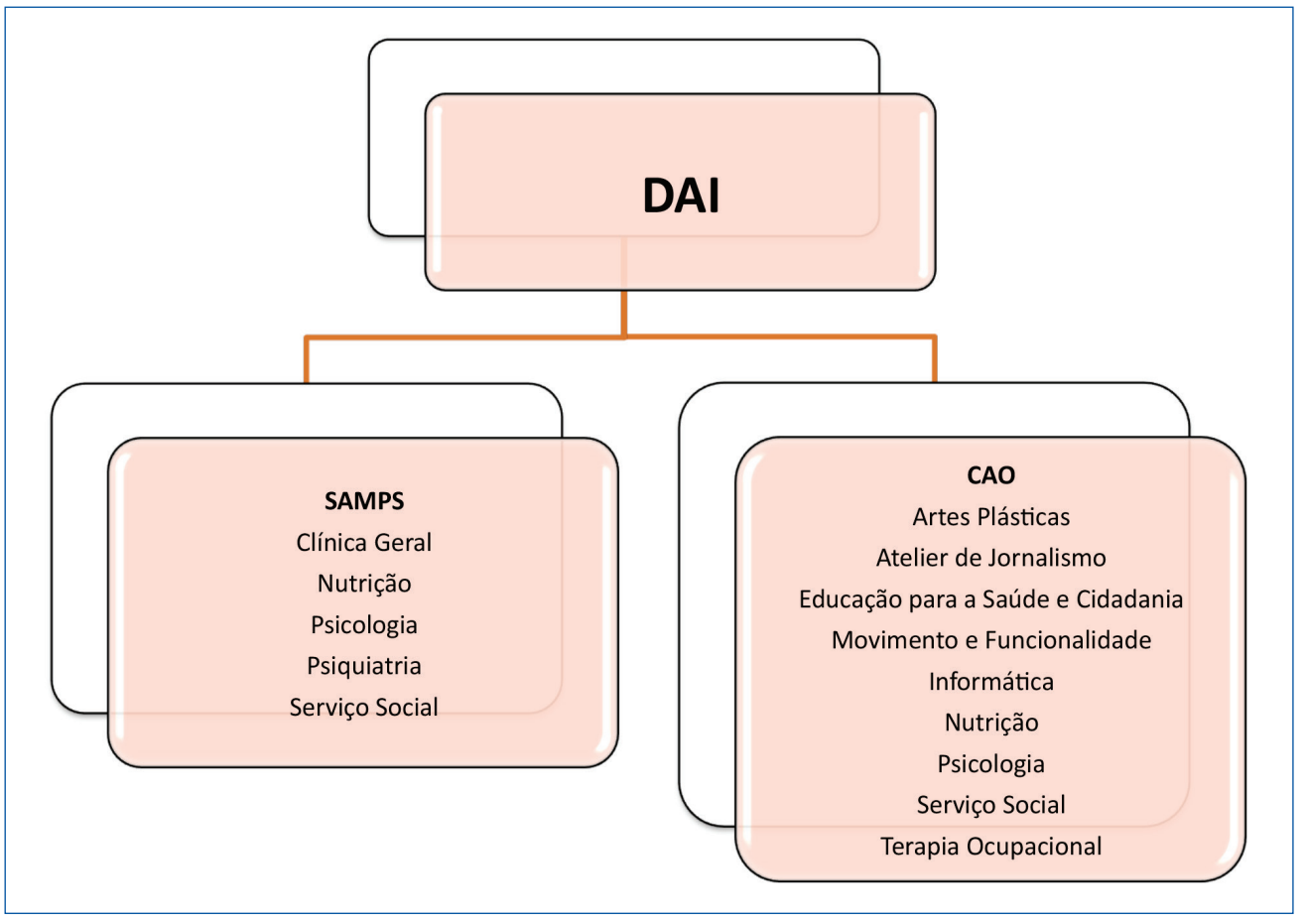
Estrutura Funcional da Delegação do Porto
No âmbito da Estrutura Funcional da Delegação do Porto funciona o Departamento de Apoio Integrado (DAI), que congrega os serviços que, integrada e articuladamente, fornecem apoio na área da reabilitação médica, psicológica, social e ocupacional com o objetivo de promoverem o bem-estar, a qualidade de vida e a integração na sociedade das pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas de funcionalidade ou incapacidade.
O DAI compreende duas equipas multidisciplinares que formam o Serviço de Apoio Médico, Psicológico e Social (SAMPS) e o Centro de Actividades Ocupacionais (CAO):

PARA QUEM

O DAI desenvolve o seu trabalho com o foco nas necessidades dos deficientes militares, dos seus familiares, das pessoas com deficiência encaminhadas por estruturas da comunidade, das pessoas com perturbação psicológica crónica e, pela sua abertura ao exterior, à comunidade em geral.

SERVIÇO DE APOIO MÉDICO, PSICOLÓGICO E SOCIAL (SAMPS)

Este Serviço, a funcionar em regime multidisciplinar, conta com as especialidades de Clínica Geral, Nutrição, Psicologia, Psiquiatria e Serviço Social para a concretização dos seus objetivos específicos, em estreita articulação com o CAO, na prestação de cuidados de saúde, trabalhando em torno da sensibilização, acompanhamento e reintegração social. Além disso, este Serviço constitui um dos Pólos Clínicos da Rede Nacional de Apoio aos Militares e Ex-militares Portugueses portadores de Perturbação Psicológica Crónica (RNA), funcionando na comunidade, em regime multidisciplinar, com um nível de especificidade e de conhecimento técnico capaz de fornecer uma resposta terapeuticamente sustentada aos casos de Perturbação Pós-Stress Traumático.



CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS (CAO)

À luz do protocolo estabelecido com o Centro Distrital de Segurança Social do Porto, I.P. para 20 utentes, o CAO atua com vista à recapacitação de cada um dos seus utentes, à devolução da autonomia nas diversas esferas da sua vida, reconduzindo-os à plena integração. Para tal conta com a equipa técnica, com uma nutricionista, com os serviços de retaguarda (serviço de refeições e de transporte), com auxiliar de ação direta e com os monitores responsáveis pelas atividades.

Prevê-se que, posteriormente, o DAI se transforme no Centro de Apoio Integrado do Porto, pretendendo ser uma das suas unidades funcionais.
Os contactos para marcação de consultas das especialidades de Clínica Geral, Nutrição, Psiquiatria e Psicologia Clínica, para inscrição de candidatos a utentes no Centro de Atividades Ocupacionais ou para obtenção de informações relacionadas com os Serviços são: Telefone 228 347 202 ou Telemóvel 912 567 546 ou E-mail secretariado.dai@adfa.org.pt .

Évora

Celebração do 25 de Abril

No dia 25 de abril, a Delegação de Évora vai comemorar na sua Sede essa data festiva, com um almoço-convívio para se convidam todos os associados e familiares.
"Junta-te a nós para todos juntos comemorarmos o Dia da Liberdade", apela a Delegação.
As inscrições podem ser efetuadas pelos números 266 703 473 ou 918 813 863.

Passeio de Primavera

A Delegação de Évora vai realizar o seu habitual passeio de Primavera nos dias 3, 4 e 5 de maio. Desta vez visita-se o interior Norte (Viseu, Lamego e Chaves), uma zona desconhecida de muitos, mas de uma beleza sem igual.
O custo da viagem é de 250,00 euros por pessoa e inclui alojamento em hotel e refeições (em regime de pensão completa – almoço do primeiro dia ao almoço do terceiro dia).
Os interessados podem efetuar as suas inscrições até ao dia 20 de abril, através do número 266 703 473 ou na Secretaria da Delegação.
Este passeio cultural é uma iniciativa cofinanciada pelo Instituto Nacional de Reabilitação (INR).
Durante esta viagem haverá visitas a Viseu, à sua Sé, ao Museu Grão Vasco, com passeio ao centro histórico, com passagem pela famosa "Cava do Viriato". Em Lamego, o destino é o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, passando depois pelo centro histórico de Boticas. Em Chaves haverá possibilidade de conhecer o centro histórico em visita guiada que se estende ao Castelo e aos Museus de Arte Contemporânea "Nadir Afonso" e da Região Flaviense, Ponte Romana e Termas. As entradas nestes espaços estão incluídas.
Esta deslocação cultural também incide sobre a gastronomia local e as tradições destas regiões de Portugal.

instituto nacional para reabilitação
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

ADFA na prova Portugal "O" Meeting 2019



Decorreu no período do Carnaval, entre 1 e 5 de março, na zona da Figueira da Foz, mais uma edição da prova de Orientação denominada Portugal "O" Meeting. Tendo por cenário as matas nacionais de Quiaios e da Praia de Tocha em Cantanhede, o Portugal "O" Meeting 2019 juntou cerca de 2600 orientistas oriundos de 32 países, sendo que 707 eram os portugueses presentes.
A equipa da ADFA-Delegação de Évora fez-se representar com 43 atletas e mais uma vez foram conseguidos relevantes resultados, quer individuais, quer coletivos. No plano individual e no principal escalão de competição, homens elite (HE), o atleta da ADFA, Ricardo Esteves, foi "o melhor português, num espetacular 11º lugar entre os quase 200 participantes neste escalão, ombro-a-ombro com o que de melhor há na elite mundial". No feminino, a atleta da ADFA, Barbora Pijaková, foi 37ª classificada, um lugar atrás da melhor portuguesa.
A equipa da ADFA distinguiu-se como primeira classificada entre a 417 equipas presentes no evento, na classificação coletiva.
A Delegação e a equipa da ADFA estão já a preparar a organização da edição de 2020, numa parceria entre a ADFA e o Clube COALA, de S. Tiago de Cacém.

Viseu

Direitos

Nesta hora de reflexão em que escrevo, ainda não foi realizada a Assembleia-Geral Nacional Ordinária em Viseu, na Aula Magna do Instituto Superior Politécnico de Viseu, nem ainda sei qual o documento que vai ser apresentado à Assembleia para aprovação por todos os associados que vai e deve servir de linha de força para a Direção Nacional fazer valer junto do Governo de Portugal.
Há longos anos que sempre defendi um documento único do género do que a Direção Nacional apresentou à Assembleia, na Academia Militar, na Amadora, em 2018, e que se encontra em vigor e deve ser o mesmo a apresentar em Viseu, expondo a Direção Nacional o que foi feito, o que falta fazer e o que está a ser feito com o Governo para a resolução dos problemas que afetam a família deficiente militar.
Na mesma linha, deve a Direção Nacional fazer valer os conceitos, fazer valer a razão do direito que assiste a todos os que foram obrigados, em serviço e em campanha, na frente de combate ou na retaguarda, a dar o melhor das suas vidas em defesa da Pátria. Cumprindo o dever, adquire-se o direito!
João Gonçalves

Dia do RI 14

O Dia da Unidade do Regimento de Infantaria 14 foi celebrado no dia 19 de março. Dia memorável, no longínquo ano de 1918, em que um grupo de soldados do RI 14, nas trincheiras das Flandres, na zona de Neuve Chapelle, na Grande Guerra de 1914-1918, sob o comando do capitão Vale de Andrade invadiu o terreno ocupado pelas forças alemãs, causando pesadas baixas e resgatando material bélico.
Este ano as comemorações beneficiaram de um vasto programa, que teve o seu ponto alto no dia 20 de março, com a presença do chefe do Estado-Maior do Exército, que presidiu às cerimónias com honras militares, homenageando os militares caídos em combate. Houve também um desfile das tropas, no terreno da Feira de São Mateus, junto ao Campo de Viriato, e no dia 26 de março, pelas 21h30, com um concerto no Teatro Viriato, pela Banda Sinfónica do Exército.

Exposição

A convite da Câmara Municipal de Viseu e Cáritas Diocesana, a Delegação de Viseu esteve na inauguração da exposição "ParaDarte, histórias e processos artísticos" 2018, no dia 9 de março, na Quinta da Cruz - Centro de Arte Contemporânea.
A exposição tem como objetivo a integração da comunidade cigana, cujo projeto de criação e educação artística, visa a promoção e valorização da educação não formal na comunidade cigana infantil, implementado no Bairro Social de Paradinha.

Aniversário Nacional da ADFA

A Delegação de Viseu da ADFA não realiza este ano o seu aniversário em Viseu e comunica aos seus associados e familiares que tem transporte para todos participarem no 45º aniversário nacional da ADFA, que está a ser organizado pela Delegação da ADFA em Coimbra.
A Delegação apela às inscrições junto da Sede, em Viseu, esperando grande afluência neste grande evento nacional. O preço é de 35,00 euros por pessoa, com transporte incluído.

Açores

AGD aprova Relatório, Contas e Plano Operacional





A Assembleia-Geral da Delegação dos Açores decorreu no passado dia 23 de março, no Hotel Camões, em Ponta Delgada, registando-se muitas ausências justificadas por motivos de saúde e pessoais. A totalidade dos presentes representou 20% dos Associados desta Delegação.
Estiveram presentes representantes dos núcleos de São Jorge, da Graciosa, da Terceira, do Pico e do Faial, com a ausência do representante da Ilha de Santa Maria, por motivos pessoais.
O associado e conselheiro de Delegação, Jaime Leite Domingues, presidiu à Mesa da Assembleia-Geral daquela reunião, em substituição do presidente da MAGD que, por motivos de saúde, se encontrava ausente.
A Ordem de Trabalhos foi cumprida integralmente e, em período prévio, foi aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento do presidente da Direção Nacional, José Arruda.
Foi efetuada a análise da Acta da Assembleia-Geral anterior, sendo aprovada.
Apreciados o Relatório Operacional e Contas e respetivo Parecer do Conselho Fiscal de Delegação, relativos à gerência do ano 2018, foram todos estes documentos votados e aprovados pela AGD.
O Plano Operacional da Delegação para 2019 foi também aprovado pelos associados presentes, sendo prestadas informações de interesse geral antes de ser encerrada a reunião.
"O nosso prezado amigo, general Garcia Lopes, como já vem sendo hábito, honrou-nos com a sua presença no fecho da jornada", informou a MAGD.



A ADFA vai participar na realização da 2ª Corrida da Defesa Nacional, organizada pelo Grupo Recreativo, Desportivo e Cultural do Ministério da Defesa Nacional, com o alto patrocínio do ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, no próximo dia 5 de maio. As receitas desta edição revertem para o Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa.

No dia da corrida, através do Comité Paralímpico de Portugal, será efetuada uma homenagem e entregue um prémio, a título póstumo, ao presidente José Arruda, na presença da sua família.

Este evento visa promover a actividade desportiva como fomento de estilos de vida saudável; aproximar a Defesa Nacional e as Forças Armadas à população civil; promover o encontro intergeracional dos militares das Forças Armadas; promover a responsabilidade social; marcar simbolicamente a participação de mulheres nas Forças Armadas; e promover o aumento da participação das mulheres no seio das Forças Armadas.

O evento desportivo conta com o envolvimento das Forças Armadas e parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e organização técnica da Xistarca. Depois de na primeira edição ter juntado mais de 3.000 participantes, no dia 5 de maio serão mais de 5.000 pessoas a correr ou caminhar nesta iniciativa. Os padrinhos da prova, atletas Nuno Delgado e Joana Ramalho, vão estar presentes neste evento desportivo.

A iniciativa inclui uma corrida de 10km (10h00 - da avenida da Liberdade ao Monumento aos Combatentes do Ultramar) e uma caminhada de 5km (9h45 - com partida e chegada no Monumento aos Combatentes do Ultramar).

A prova de 10km (corrida) destina-se a todos os interessados, com idade superior a 18 anos. A prova de 5km (caminhada) é uma prova aberta a todos os interessados em participar no evento, sem limite de idade.

As classificações da corrida estarão disponíveis após a prova, divididas em classificação geral; classificação masculina; classificação feminina; e classificação por escalão.

A organização disponibiliza bengaleiro na zona da partida.

Inscrição pode ser efetuada por email até ao dia 29 abril ou por transferência bancária para o IBAN PT50 0033 0000 0008 9642 6480 5. De seguida envia-se os dados de inscrição (prova, nome, data de nascimento, clube, distância, telefone, tamanho t-shirt) para o email inscricoes@xistarca.pt, anexando o comprovativo da transferência bancária. A inscrição também pode ser feita pessoalmente nas instalações da Xistarca, na Calçada da Tapada, 71 A, Lisboa, no horário de funcionamento, das 9h30 às 13h e das 14h às 18h30, todos os dias úteis.

O preçário das inscrições depende da data:

Corrida - 1 a 23 abril - 10 com t-shirt - 7 sem t-shirt - Até 30 abril - 12 com t-shirt - 9 sem t-shirt.

Caminhada - 1 a 23 abril - 8 com t-shirt - 5 sem t-shirt - até 30 abril - 10 com t-shirt - 7 sem t-shirt.

Descontos para grupos - acima de 15 inscrições - 10% desconto - acima de 30 inscrições - 20% desconto - acima de 50 inscrições - 40% desconto.

Do kit de participante fazem parte: t-shirt técnica camuflada para a corrida 10km (opcional); t-shirt algodão camuflada para a caminhada 5km (opcional); Saco/mochila; Dorsal; Chip (10km); Medalha Finisher.

Para entrega do kit de participante, o atleta deverá fazer-se acompanhar do número de dorsal que lhe foi atribuído, após realizar o pagamento da inscrição, por email. A apresentação do mesmo poderá ser feita em formato eletrónico (smartphone/tablet).

O kit de participante pode ser levantado na Associação "Os Francisquinhos", na Rua Gonçalves Zarco 15, ao Restelo, Lisboa, em frente ao Ministério da Defesa Nacional e do Estádio do Belenenses nos seguintes dias: 5ª feira, 2 de maio, entre as 15h00 e as 18h30; 6ª feira, 3 de maio, entre as 11h00 e as 18h30; sábado, 4 de maio, entre as 11h00 e as 18h30.

Marcha dos Combatentes pela Paz

Em 21 de setembro celebra-se o Dia Internacional da Paz e a ADFA, em parceria com a Liga dos Combatentes e com a Câmara Municipal de Lisboa, vai realizar Marcha dos Combatentes pela Paz 2019, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar.

A iniciativa simbólica está a ser reequacionada, recentrando-a nos princípios e valores decretados pelas Nações Unidas e com a recomendação da Federação Mundial de Antigos Combatentes (FMAC) para todas as Organizações-Membros.

A ADFA já participou numa reunião com a Câmara Municipal de Lisboa, na preparação do evento, tendo os dirigentes da Associação trabalhado com a chefe de Divisão do Departamento do Desporto e da Atividade Física da Câmara Municipal de Lisboa, Margarida Reis.

Nas reuniões realizadas com a Liga dos Combatentes e com o seu presidente, general Chito Rodrigues, ficou patente a existência de pontos de convergência em relação à edição deste ano da Marcha dos Combatentes pela Paz.

Quem esteve na guerra e escreveu a Nossa Senhora?

Com o objetivo de encontrar depoimentos para uma reportagem de jornal e televisão, dois jornalistas procuram militares portugueses que tenham estado nos teatros de guerra de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e que, eventualmente, tenham escrito cartas dirigidas a Nossa Senhora, particularmente a Nossa Senhora de Fátima, endereçadas ou entregues ao santuário. Será esse o caso de algum dos (ex-)militares que nos lê?



O trabalho, que dará origem a uma longa reportagem no jornal Expresso e a um documentário na SIC, está a ser preparado pelos jornalistas António Marujo e Joaquim Franco e pretende avaliar de que modo a devoção mariana e em especial o fenómeno de Fátima se cruzou com a experiência de guerra nas antigas colónias portuguesas de África.

Durante o seu tempo de serviço ou depois dele, muitos militares (ou as suas mães, noivas, namoradas e outros familiares) escreviam para Fátima ou iam em peregrinação ao santuário como forma de agradecimento pelo seu regresso ou em cumprimento de outras devoções, mas referindo-se à sua participação no serviço militar.

Se é esse o caso de algum dos nossos leitores, pedimos que escrevam ou telefonem directamente para os dois autores da reportagem, que desde já agradecem a colaboração: Joaquim Franco – 962 056 225 e joaquimfranco@sic.pt e António Marujo – 964 553 050 e antoniomarujo@setemargens.com.

Fim do controlo orçamental sobre as pensões das viúvas dos deficientes militares

Parlamento aprova alteração ao regime das Pensões de Preço de Sangue

O Parlamento aprovou por unanimidade, em votação final global, a revisão do regime das Pensões de Preço de Sangue, beneficiando os cônjuges sobrevivos dos deficientes das Forças Armadas falecidos.
O diploma, proposto pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, que foi aprovado por unanimidade, "elimina a possibilidade da redução do valor da Pensão de Preço de Sangue quando esta resulte de falecimento de deficiente das Forças Armadas".
A alteração estipula que a "Pensão de Preço de Sangue resultante do falecimento de deficiente das Forças Armadas mantém o seu valor, mesmo que o cônjuge sobrevivo ou unido de facto sobrevivo aufira outros rendimentos", terminando assim o controlo orçamental a que estavam sujeitas as pensões das viúvas dos deficientes militares.
O direito àquela pensão está previsto, entre outros, nos casos de morte de deficientes das Forças Armadas portadores de incapacidade igual ou superior a 60%.
Esta medida entra em vigor no Orçamento do Estado para 2020.
A alteração corresponde a uma reivindicação antiga da ADFA e foi devidamente comunicada aos associados durante a Assembleia-Geral Nacional Ordinária, realizada em 30 de março, em Viseu.
bilização para a AGNO foi disso sinal inequívoco.

Conselho Consultivo do Lar Militar

O Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa realizou uma reunião do seu Conselho Consultivo, no dia 21 de março, sendo a ADFA representada pelo presidente da Direção Nacional, Manuel Lopes Dias, assessorado pela Consultora Jurídica Nacional, Helena Afonso. Esta reunião foi convocada nos termos do Regulamento do Lar Militar e contou com a presença de todos os membros deste Conselho Consultivo.
O diretor do Lar Militar apresentou o Relatório de Atividades do ano de 2018, considerado o "ano zero da nova Direção do Lar Militar", no âmbito do novo Regulamento, sendo aprovado por unanimidade.
A ADFA realçou a necessidade de serem efetuadas alterações a nível organizacional da CVP, para que o Lar Militar tenha autonomia financeira, no sentido de cumprir as normas do Regulamento, tendo em atenção que "as verbas atribuídas pelo Ministério da Defesa Nacional, destinadas aos deficientes militares ali residentes, são de montante apreciável e que as mesmas não podem ser utilizadas pela CVP para outros fins".
O representante da ADFA realçou que "se as verbas atribuídas pelo MDN ao Lar Militar fossem realmente aplicadas para os fins em vista, os deficientes militares ali internados não seriam confrontados com as situações denunciadas em 2017 e que em parte ainda se mantem apesar das melhorias".

mgc

Museu da Guerra Colonial, Parque Comercial Discount
Rua dos Museus, Ribeirão – Vila Nova de Famalicão

HORÁRIO
Terças-Feiras, Quintas-feiras e sábados, das 14h30 às 18h00

TELEFONE - 252 322 848 ou 252 376 323

TELEMÓVEIS
919 594 318 ou 919 594 499 ou 919 594 510

GPS
41º 22'04.90" N 8º 32'56.42"O

museuguerracolonial@adfa.org.pt | www.museuguerracolonial.pt

www.
reabilitar-em-casa
.com

SAÚDE NO DOMICÍLIO



Fisioterapia,
Terapia da Fala

ADM
Assistência na Doença aos Militares



Enfermagem

Abrangência nacional.
Deslocamo-nos até si!

CONDIÇÕES:
Portadores de cartão ADM/IASFA - co-pagamento por serviço prestado
Portadores de cartão DFA /Defãcientes Forças Armadas - isento de pagamento
Consulte-nos para mais informações.

+10 ANOS

geral@reabilitar-em-casa.com
Tel. 211 224 689 - Tlm. 917 861 795 www.reabilitar-em-casa.com

Assembleia-Geral Nacional Ordinária - Viseu

Grande participação associativa reforça o vigor da ADFA

O auditório do Instituto Politécnico de Viseu foi pequeno para a grande mobilização dos associados, que desta forma afirmam a confiança nos Órgãos Sociais Nacionais e das Delegações para a defesa dos direitos dos deficientes militares



FOTO RAFAEL VICENTE



Foram quase cinco centenas os associados que participaram na Assembleia-Geral Nacional Ordinária realizada nas instalações do Instituto Politécnico de Viseu, no dia 30 de março. No fim da manhã, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em frente ao Regimento de Infantaria 14, tinha decorrido uma homenagem, com deposição de coroa de flores, evocando-se a memória de José Arruda, na presença do comandante do RI 14, coronel Luís Calmeiro, do vice-presidente da Câmara Municipal de Viseu, Joaquim Seixas, e de associados, dirigentes e seus familiares, bem como da Dona Chiu Arruda que fez questão de estar presente nesta homenagem a seu marido.

A Câmara Municipal de Viseu entregou à ADFA uma cópia timbrada do Voto de Pesar da Autarquia, aprovado na sessão do dia 7 de fevereiro, que foi lida durante a homenagem.

Nesta reunião magna da ADFA os associados aprovaram, por unanimidade, o Parecer sobre a Execução do Orçamento da ADFA, e, por maioria, o Relatório Operacional do Conselho Nacional, ambos relativos ao exercício de 2018. Foram também apreciados e aprovados pela maioria dos associados o Relatório Operacional e Contas da Direcção Nacional e respectivo parecer do Conselho Fiscal Nacional, referentes ao ano de 2018.

No período antes da ordem dos trabalhos, foi lido e aprovado, por unanimidade e aclamação, um Voto de Pesar pelo falecimento do Presidente José Arruda, cumprindo-se também um minuto de silêncio por todos os associados falecidos.

Num momento que a todos emocionou e no qual se fizeram ouvir palavras de vários associados acerca da vida de dedicação do falecido presidente Arruda, foi simbólico o facto de estarem presentes as esposas que acompanharam os associados na deslocação à AGNO, nunca esquecidas por José Arruda. Depois da leitura do Voto de Pesar e durante a intervenção associativa regulamentar, o presidente da MAGN autorizou um compasso de espera para que entrassem todos os associados que, devido à distância da viagem ou à demora do almoço, ainda não se tinham credenciado e ocupado os seus lugares na Assembleia. Esse tempo contribuiu para que todos pudessem juntar ao Voto de Pesar aprovado um forte e comovido aplauso.

"Na aclamação do Voto de Pesar pela morte do nosso presidente José Arruda, foi bem patente a sentida dor de todos os associados e o vazio que a partida do presidente Arruda deixou na ADFA", referiu o presidente Manuel Lopes Dias.

Foi também ratificada a decisão da Direção Nacional de nomeação do vice-presidente, Manuel Lopes Dias, na função de presidente da Direção Nacional da ADFA, bem como a recomposição daquele Órgãos Nacional, que agora passa a contasr com a disponibilidade de um novo elemento (vogal) que foi apresentado na Assembleia: o associado e conselheiro nacional Liakatali Fakir, cuja integração naquele Órgão Executivo está em curso e será em breve oficializada.

No ponto referente às Reivindicações Legislativas, foi aprovado o documento proposto pela Direção Nacional, num "voto de confiança da esmagadora maioria dos associados e o apelo para que a ADFA continue forte, coesa e determinada nos objetivos e conquista dos direitos às reparações morais e materiais que são devidas aos deficientes militares", como referiu depois a DN.

Foi também lida a resposta da ADFA à proposta de Estatuto do Antigo Combatente da SEDN, que foi aplaudida pelos associados.

Por fim, os presentes foram informados sobre as iniciativas a desenvolver no âmbito do 45º aniversário da ADFA, com grande destaque para o almoço-convívio nacional a realizar em 1 de junho, em Carapinheira, Coimbra.

No período da manhã, antes da homenagem a José Arruda e aos deficientes militares falecidos, a ADFA apresentou cumprimentos ao comandante do RI 14, coronel Luís Calmeiro, que, por sua vez, também apresentou pessoalmente condolências à esposa do falecido presidente, Chiu Arruda.

A ADFA está forte e a grande mobilização para a AGNO foi disso sinal inequívoco.

Voto de Pesar pelo desaparecimento precoce do presidente da Direção Nacional da ADFA, José Eduardo Gaspar Arruda, em 26 de janeiro de 2019



Foi com enorme mágoa e profunda consternação que todos os sócios da ADFA, Comunidade Militar, Órgãos do Poder Político, Presidência da República, Assembleia da República, Governo de Portugal e Associações Nacionais e Internacionais relacionadas com a problemática da deficiência tomaram conhecimento do falecimento do camarada José Arruda, sócio da primeira hora da ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS.

Para os sócios da ADFA, perdeu-se um lutador e um símbolo das lutas da ADFA em prol de todos aqueles que, durante o serviço militar, suportaram os horrores da guerra e adquiram deficiências físicas e psicológicas de forma permanente.

Nele, toda a ADFA, corporizava os objetivos duma Associação atenta aos problemas dos seus sócios e famílias, tanto no domínio das recompensas financeiras, como nas condições de apoio médico e medicamentoso, apoio social e, sobretudo, que fosse feita justiça a todos aqueles a quem a Nação ainda não reconheceu como deficientes, independentemente do nexo de causalidade.

Nas suas intervenções nunca esquecia as companheiras e as mulheres dos deficientes que, pela vida fora, eram as nossas enfermeiras, as nossas psicólogas que, com o seu esforço, a sua dedicação e tantas vezes abdicando das suas carreiras profissionais optaram por estar ao lado do deficiente e contribuir, de forma decisiva, para a sua reabilitação e integração social.

Como todos sabem, no último ato eleitoral, voltou a congregar à sua volta um conjunto de sócios para que em mais um mandato de três anos, pudessem concretizar alguns dos projetos, sintetizados em quatro vertentes:

- defesa e vigilância dos direitos;
- encontrar um único estatuto com o trabalho a fazer com as delegações;
- apoio social através do PADM, Rede Nacional de Apoio;
- sustentabilidade e organização da ADFA.

No seu espírito dominava o slogan: "TODOS NA MESMA TRINCHEIRA – NINGUÉM FICA PARA TRÁS". Esta é uma das "máximas" que a ADFA de hoje e do futuro, jamais poderá esquecer. Porque, é nesta frase, que deveremos congregar o espírito de Coesão, Solidariedade de uma ADFA viva e atuante.

Foi um obreiro da justiça social dos deficientes militares e dos deficientes em geral, um lutador intransigente do direito à Reabilitação e Reintegração de todas as pessoas portadores de deficiência, servindo o seu país de forma altruísta, com elevação e dedicação, mostrando como, apesar da deficiência, é possível continuar a ser útil à sociedade e ser Grande entre os Grandes da Nação.

Colocou o seu saber em prol das causas que defendia de uma forma simples, sem preocupações com ele próprio nem com as benesses que mereceu, angariando o respeito dos concidadãos, mesmo aqueles que nem sempre estiveram de acordo com ele.

Um dirigente e cidadão irreverente mas educado, frontal mas respeitador, que soube lidar de igual maneira com todos os poderes públicos, a cuja porta batia, deixando, sempre, uma marca de dignidade da Entidade que representava e de cada acção que defendia.

Desde, a Assembleia da República, Presidentes da República, ao Governo da República, Militares e às Chefias, todos o reconhecerem como um verdadeiro líder, representante de toda a ADFA, como um nobre paladino do respeito, da solidariedade e da justiça, sem interferências de quaisquer opções políticas ou ideológicas.

A sua memória e obra desenvolvida, jamais poderão ser esquecidas e, em tempo oportuno, a ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS SABERÁ PRESTAR-LHE O RESPETIVO RECONHECIMENTO E HOMENAGEM QUE MERECE.

A ADFA como um todo e esta Assembleia-Geral, representativa dos seus sócios, reunida em 30 de março de 2019, decidiu por unanimidade e aclamação, expressar um Voto de Pesar pelo desaparecimento precoce e inesperado do Presidente da Direção Nacional, Comendador José Arruda, sócio n.º 593 da ADFA.

À sua esposa e filhos, endereçamos as mais profundas condolências e transmitimos-lhes o quanto a ADFA se sente honrada por ter sido dirigida por esse Grande Homem.

A Mesa da Assembleia-Geral Nacional

Propostas Aprovadas

Ratificação da substituição dos elementos que compõem a Direção Nacional

Na sequência do falecimento do Presidente da Direção Nacional, Comendador José Eduardo Gaspar Arruda, a 26 de janeiro de 2019, nos termos dos artigos 19.º, n.º 1 e 40.º, dos Estatutos da ADFA, a Direção Nacional deliberou:

1. Na reunião de 4 de fevereiro de 2019, conforme ata n.º 5/2019, por unanimidade dos seis elementos presentes, designar o vice-presidente Manuel Lopes Dias para o exercício do cargo de Presidente da Direção Nacional, que aceitou o cargo;

2. Na reunião de 11 de fevereiro de 2019, conforme ata n.º 7/2019, por unanimidade dos seis elementos presentes, designar o secretário António Manuel Garcia Miranda para o exercício do cargo de vice-presidente, o segundo vogal Carlos Manuel Fanado para o exercício do cargo de secretário e o terceiro vogal Aníbal Vítor da Silva Marques para o cargo de segundo vogal da Direção Nacional, que aceitaram os respetivos cargos, mantendo-se como primeiro vogal Ludgero dos Santos Sequeira e tesoureiro Armindo Marques Matias.

O cargo de terceiro vogal encontra-se ainda por preencher.

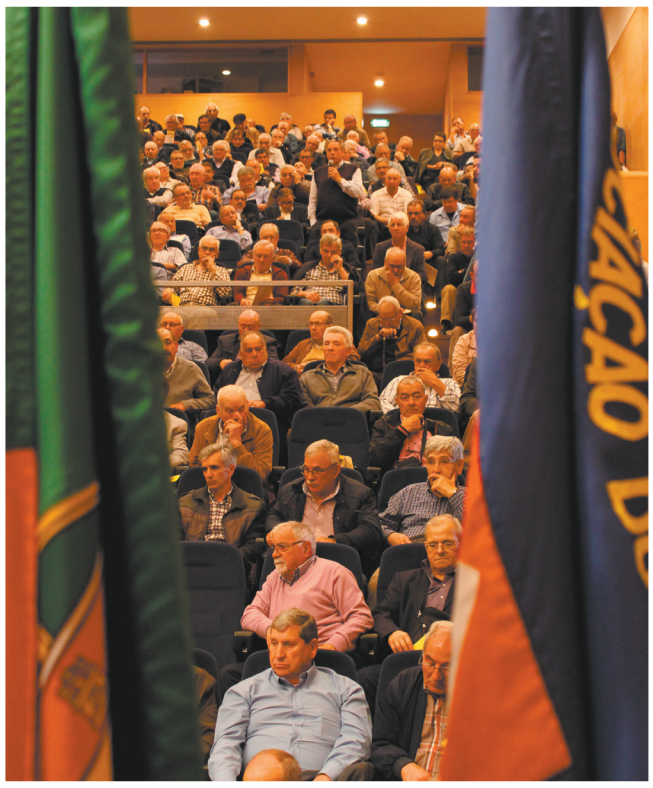
Assim, a Direção Nacional, nos termos do n.º 1, do art.º 19.º, dos Estatutos da ADFA, propõe a esta Assembleia-geral Nacional a ratificação da sua atual composição.

A Direção Nacional da ADFA
Manuel Lopes Dias
Presidente

Processo de Reparação Moral e Material Devida aos Deficientes Militares

FOTOS RAFAEL VICENTE









A Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA, que em breve celebrará 45 anos de existência, é uma Instituição com vasto e largo historial na reivindicação e defesa dos direitos dos deficientes militares que se deficientaram ao serviço da Pátria em contexto de guerra, ou não.

A riqueza deste historial, para a qual contribuiu em grande medida o empenho e a entrega à causa de largas centenas de deficientes que se disponibilizaram para integrar os órgãos diretivos nacionais e regionais da ADFA, bem como a militância demonstrada pelos associados em geral, foi adquirida pela capacidade revelada na leitura das circunstâncias e contextualização das várias situações políticas vividas pós 25 de Abril, assim como pela implementação e desenvolvimento de políticas associativas que muito contribuíram para a união e coesão de toda a Associação.

Pesa embora o historial da ADFA, ativo muito importante para que se possa encarar o futuro com algum otimismo, é consensual entre todos nós que muito ainda há a fazer ao nível externo e interno. Ao nível externo há muito por fazer no plano reivindicativo e defesa dos direitos, assim como no combate às injustiças que afetam muitos dos associados.

Ao nível interno, há sobretudo que desenvolver políticas associativas conducentes e que garantam a segurança da Associação face aos muitos desafios que se adivinham no futuro.

Das medidas aprovadas na última Assembleia-Geral Nacional, realizada em 24 de março de 2018, segundo o documento intitulado "Processo de Reparação Moral e Material devida aos Deficientes Militares", das referenciadas como prioritárias, apenas uma medida foi aprovada pela Assembleia da República (eliminação do controlo rendimentos no cálculo das Pensões Preço de Sangue), pelo que se torna ainda mais premente que a ADFA se foque naquelas que traduzam a JUSTA REPARAÇÃO daqueles que se deficientaram ao serviço da Pátria e das suas famílias que em tantas ocasiões substituíram o Estado nas suas responsabilidades.

Pensamos, assim, que esta Assembleia deverá manifestar-se, inequivocamente, pela defesa dos direitos já reconhecidos e pela determinação, inabalável, dos que falta alcançar, nomeadamente as situações enfrentadas pelos pensionistas de invalidez e de sobrevivência, particularmente a situação de gritante injustiça daqueles que estão abrangidos pelo DL 503/99, de 20 de novembro.

A Direção Nacional propõe-se continuar as ações conducentes para obter o reconhecimento das seguintes reivindicações:

Medida n.º 1

O pagamento de créditos aos herdeiros hábeis de DFA falecidos após 01JAN2010, em virtude da aplicação do regime do DL 296/2009, de 14OUT, aos DFA, sem imposição de qualquer limite temporal.

Medida n.º 2

A não aplicação do regime do DL 503/99, de 20NOV, aos deficientes militares do serviço militar obrigatório e outras formas de prestação de prestação de serviço, por constituir uma desigualdade de tratamento relativamente aos abrangidos pelo Estatuto da Aposentação, em particular aos que tiveram doenças e acidentes ocorridos antes de 1 de maio de 2000, que tem como consequência, entre outras, a atribuição de pensões de montante irrisório (de 30 a 70 na sua maioria), sendo irrelevante que a incapacida de tenha sido adquirida em serviço de campanha.

Que seja encontrada solução que permita aos deficientes militares, cujos processos foram instruídos e decididos à luz do regime do DL 503/99, a revisão dos processos ao abrigo do regime do DL 498/72, de 09DEZ – Estatuto da Aposentação.

Medida n.º 3
Para fazer face à degradação do montante das pensões dos deficientes em serviço, abrangidos pelo Estatuto da Aposentação, que seja reconhecido o abono suplementar de invalidez a este universo de deficientes com desvalorização inferior a 60%, tendo em consideração o carácter indemnizatório das suas pensões e a justeza do ressarcimento pela diminuição na sua capacidade geral de ganho.

Medida n.º 4
O direito a que os deficientes em serviço não qualificados DFA (os pensionistas de invalidez abrangidos pelo Estatuto da Aposentação, os Grandes Deficientes das Forças Armadas (GDFA) abrangidos pelo DL 314/90, de 13OUT na redação do DL 248/98, de 11AGO e os Grandes Deficiente do Serviço Efetivo Normal (GDSEN) abrangidos pelo DL 250/99, de 07JUL) possam requerer, a todo o tempo, a submissão a junta médica sempre que haja agravamento da deficiência/lesão e, consequentemente, determine também o agravamento do seu grau de desvalorização, ou, no mínimo, se assim se não entender, por novo prazo de dez anos, à semelhança do que previu o DL 240/98, de 07AGO.

Medida n.º 5
A faculdade de inscrição dos deficientes em serviço abrangidos pelo Estatuto da Aposentação como beneficiários do Apoio Social Complementar do IASFA.

Medida n.º 6
Que as pensões dos cônjuges ou unidos de facto sobrevivos atribuídas por morte do deficiente militar que se encontram degradadas sejam revistas, atendendo a que não se encontra legalmente estabelecido um montante mínimo.
O montante das pensões mais antigas corresponde a cerca de metade do montante das atualmente atribuídas.

Medida n.º 7
Clarificação dos conceitos de "serviço de campanha ou campanha", "circunstâncias diretamente relacionadas com o serviço de campanha" e "risco agravado equiparável ao definido nas situações revistas" anteriormente, através da elaboração de um despacho interpretativo dos números 2, 3 e 4, do art.º 2.º, do DL 43/76, de 20JAN. A falta de regulamentação destes conceitos tem penalizado muito os deficientes militares.

Medida n.º 8
Descontos para o IASFA/ADM: manter os esforços para que os beneficiários associados possam ficar isentos do pagamento do desconto para o IASFA/ADM nas mesmas condições que os beneficiários titulares (art.º 13.º, do DL 167/2005, de 23SET).
Para além desta medidas consideradas prioritárias pela ADFA existem outras pelas quais a ADFA continua a pautar a sua luta, constantes do documento aprovado na Assembleia-Geral Nacional de 24 de março de 2018.
Tendo em consideração a média de idade dos Deficientes Militares (73 anos) urge que o processo de reparação moral e material devida aos Deficientes Militares seja reconhecido ainda no período de vida daqueles que ao serviço da Pátria adquiriam deficiências de carácter permanente.
Assim, a Direção Nacional solicita aos associados mandato, para junto dos Órgãos de Soberania, manifestar a insatisfação de todo o universo dos Deficientes Militares pela ainda não aprovação das medidas acima referidas, pelas quais a ADFA vem pugnando, estando algumas delas dependentes apenas da vontade política.

Viseu, 30 de março de 2019
A Direção Nacional da ADFA
Manuel Lopes Dias
Presidente

Proposta de Lei do Estatuto do Antigo Combatente

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) manifesta o seu apreço pela iniciativa política de consagrar o reconhecimento da Pátria por aqueles que combateram ao seu serviço na guerra colonial Portuguesa, em forma politicamente reforçada, em Lei da República.
Apesar de tardio e de efeito já de algum modo limitado, dada a fase avançada da vida das pessoas em causa, o reconhecimento e as medidas que encerra são ainda assim relevantes, desde logo no plano moral.
A ADFA manifesta todavia a sua perplexidade pelo facto do referido Estatuto integrar no seu âmbito os deficientes militares, pelas razões seguintes:
a) Por força da luta iniciada ainda antes da revolução do 25 de Abril de 1974, e com o apoio depois do Movimento das Forças Armadas, os deficientes militares Portugueses viram reconhecida a sua condição, seja pelas instâncias políticas, seja pela sociedade Portuguesa;
b) Essa luta emancipadora dos deficientes militares resultou desde logo na criação da ADFA, enquanto entidade representativa dos deficientes militares, os quais não se reviam na condição e na representação institucional existente em Portugal dos antigos combatentes;
c) A luta da ADFA, e o apoio que foi obtendo progressivamente do poder político, variável no sentido e na intensidade ao longo do tempo, gerou um processo lento mas progressivo de consagração dos direitos dos deficientes militares;
d) Tal resultou afinal numa representação social e política autónoma e bem definida do estatuto de deficientes militares, constituindo estes hoje um grupo claramente identificado e assumido na sociedade Portuguesa;
e) Esse estatuto social e político encontrou desde logo suporte na arquitetura jurídica que se foi construindo ao longo dos anos, cujo marco histórico de referência é o Decreto-Lei 43/76, de 20 de janeiro,



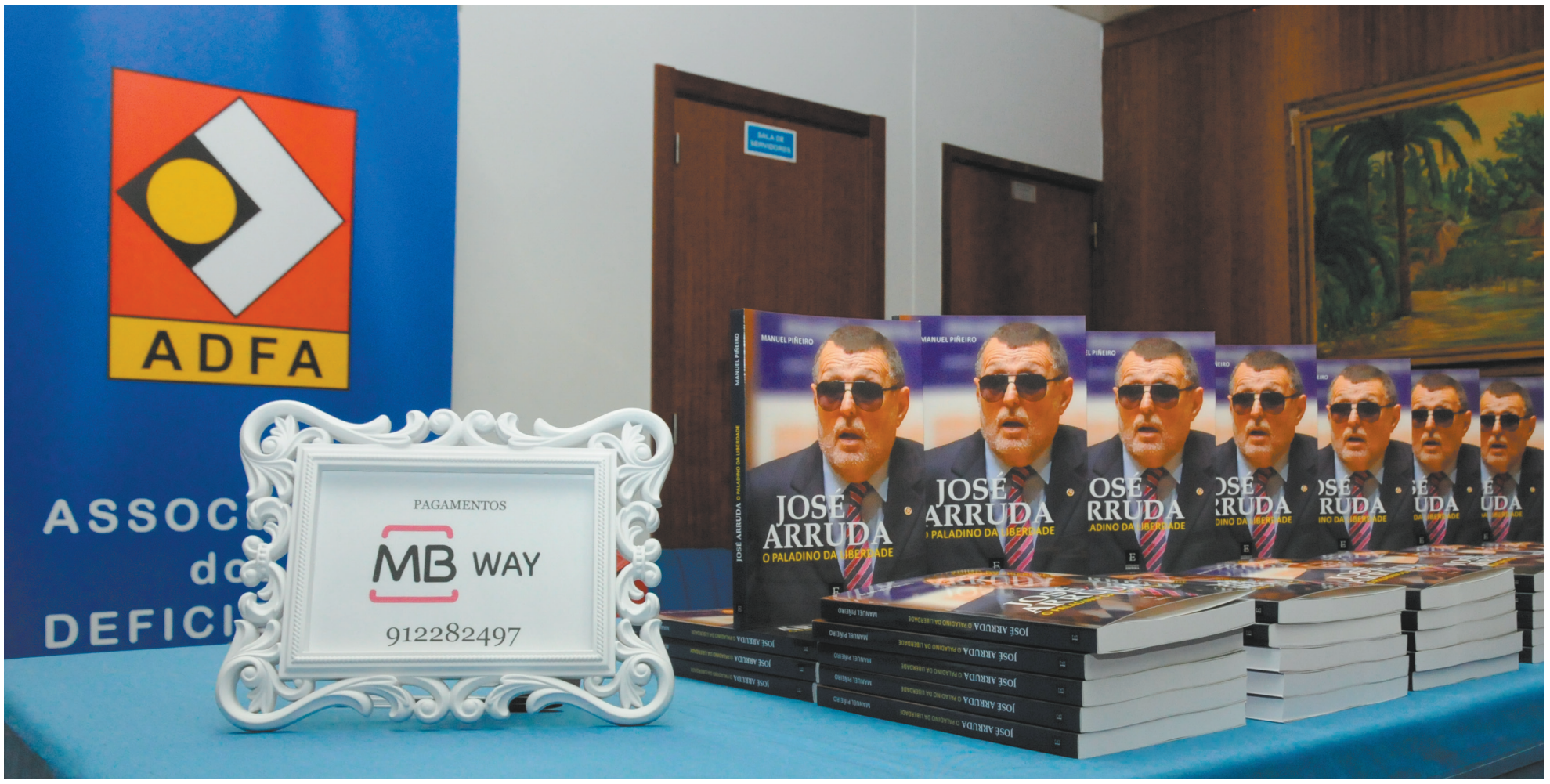
para além naturalmente de todas as outras disposições legais que consagram os direitos dos deficientes militares e os apoios que lhe são devidos;
f) Tal desenvolvimento e enquadramento criaram nos próprios deficientes militares, nas Forças Armadas, nas instâncias políticas e na sociedade Portuguesa em geral uma representação identitária fortemente sentida e reconhecida por todos os entes referidos, tendo a ADFA bem presente as palavras proferidas pelo do Dr. Jaime Gama, enquanto Presidente da Assembleia da República, por ocasião do 33.º aniversário da ADFA, em 14 de maio de 2007, ao referir que os deficientes das Forças Armadas são a "(…) excepção das excepções, ou seja a prioridade das prioridades."
A ADFA entende por isso que integrar agora os deficientes militares no contexto político-jurídico dos antigos combatentes significaria um retrocesso histórico, claramente lesivo da identidade por eles percebida e desenvolvida, conquistada e consolidada com o esforço, a luta e a resiliência de muitos anos.
Considerando o enquadramento referido, a ADFA considera que este seria o momento certo para que o reconhecimento pela sociedade Portuguesa daqueles que deram o melhor si ao seu serviço e que por isso ficaram marcados para toda a sua vida pelas deficiências de que foram vítimas, fosse consignado também em Lei da República, criando o Estatuto do Deficiente Militar.
Um tal Estatuto consagraria todo o património mo-

Na Sede Nacional da ADFA

Lançamento do livro "José Arruda – O Paladino da Liberdade"

A simbologia da oliveira e do Dia da Árvore ligada a uma vida de exemplo e de Cidadania Solidária

FOTOS FARINHO LOPES



A obra "José Arruda – O Paladino da Liberdade" foi lançada no Auditório Jorge Maurício, na Sede Nacional da ADFA, em Lisboa, no dia 21 de março último, na presença do ministro e da secretária de Estado da Defesa Nacional, professores João Gomes Cravinho e Ana Santos Pinto, do almirante Silva Ribeiro, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), e do general António Ramalho Eanes, que prefaciou o livro. O primeiro-ministro António Costa, que estava ausente em Bruxelas, enviou uma mensagem, associando-se à "homenagem a um homem admirável".

Na cerimónia de lançamento da obra que homenageia José Arruda, através de testemunhos e depoimentos de entidades públicas, familiares, amigos e colaboradores, "foi o coração que falou mais alto", na voz dos filhos Bóris e Zé Paulo, do editor Manuel Piñeiro, do jornalista muito amigo de José Arruda e da ADFA, Mário Crespo, do presidente da Associação, Manuel Lopes Dias, do CEMGFA, almirante Silva Ribeiro, do associado, poeta e amigo António Calvinho, e do general Ramalho Eanes. O ELO reproduz na íntegra as intervenções de Mário Crespo e de Bóris Arruda.

O auditório da ADFA estava repleto de convidados, familiares e amigos e de associados da ADFA, que aplaudiram o evento. Entre eles o general José Nunes da Fonseca, chefe do Estado-Maior do Exército, o general Fernando Campos Serafino, presidente do Conselho Diretivo do IASFA, o coronel Sardinha Dias, diretor da ADM/IASFA, os professores Adriano Moreira e Eduardo Lourenço, o general Luís Sequeira, e outras individualidades como alguns deputados, representantes dos três Ramos das Forças Armadas e da Instituição Militar e elementos das associações de deficientes e de combatentes, destacando-se o general Joaquim Chito Rodrigues, presidente da Liga dos Combatentes, e representantes da Direção do Lar Militar.

Estórias da história de um livro

Manuel Lopes Dias referiu que, por causa da preparação desta obra, "foi a primeira vez em que menti ao meu grande amigo", lembrando o segredo com que foi coligida e levada ao prelo. "O Arruda está aqui e o livro que nos deixa é uma mensagem de luz, é mais um pedaço de luz que José Arruda nos dá", salientou com emoção, que assumiu ser parte "dessa emoção que ele sabia trabalhar tão bem".

O jornalista que coordenou a edição, Manuel Piñeiro, da Estremoz Editora, referiu que "terminei este livro com uma mágoa, pois a última pessoa que iria entrevistar seria o Arruda, mas tal não foi possível". Realçou que o lançamento teve lugar no Dia da Árvore, que é também o da Poesia. Dedicou ainda outro poema ao actual presidente Manuel Lopes Dias.

António Calvinho leu poema do seu livro "Trinta Facadas de Raiva" e dedicou a José Arruda palavras e recordações bem-dispostas. Com as letras do nome Arruda explicou várias marcas que caracterizavam o presidente da ADFA: Árvore; Raíz; Romance; Uivo; Dádiva; Arma.

O CEMGFA salientou o lema "a Força Justa das Vítimas de uma Guerra Injusta" patente no Auditório Jorge Maurício e lembrou que os deficientes militares serviram o País aceitando a possibilidade do sacrifício supremo e "cumpriram com patriotismo, com honra e com sacrifício, o seu e o das próprias famílias".

Notando o "nobre carácter deste homem", o almirante Silva Ribeiro referiu que "só ele, Arruda, conseguiria juntar não só neste livro e nesta cerimónia, pessoas de todos os quadrantes da vida nacional".

Bóris Arruda recordou o pai, que dizia à família que um dia alguém iria escrever sobre as suas memórias, as suas lutas, quando mostrava um velhinho álbum fotográfico que tinha muito dele. Explicou que o livro estava a ser preparado como prenda de anos, que lhe seria oferecida em 10 de fevereiro.

José Paulo Arruda aproveitou para enviar um abraço de solidariedade para Moçambique, terra natal do seu pai, que atravessou uma calamidade geradora de tragédia humana. Agradecendo a todos os que colaboraram para que a obra sobre José Arruda fosse editada, o filho aludiu ainda aos contributos que não foi possível publicar, testemunhos que muitos fizeram chegar à família e à editora.

Ficou patente que o título do livro "José Arruda – O Paladino da Liberdade" surgiu da locução da cerimónia de 10 de junho de 2004, na qual o então presidente da ACAPO era agraciado com a condecoração da Ordem do Mérito, no grau de comendador. "Liberdade" é a palavra mais escrita e referida nos testemunhos, por todo o livro.

O general Ramalho Eanes, que prefaciou a obra, salientou "a oportunidade de viver com ele muitos dos problemas da ADFA e a forma como se empenhava

em resolvê-los e como reivindicava, dialogava prudentemente e como atingia o sucesso".
Deixando um abraço à esposa e aos filhos de José Arruda, o general Eanes recordou que "foi para mim um amigo que me confidenciava as suas dificuldades e a quem ajudava – na minha obrigação".

Símbolo para um homem-símbolo

O Auditório Jorge Maurício guardou o eco das palmas para o antigo presidente, especialmente no momento em que o presidente Manuel Lopes Dias e a família Arruda plantaram simbolicamente uma oliveira, destinada a crescer no jardim da ADFA, em memória de um presidente que levou sempre mais alto e mais longe a sua missão de servir Portugal, os cidadãos portadores de deficiência e nomeadamente os deficientes militares.
A data do evento associou-se à celebração do Dia da Árvore e do começo da Primavera, pois o falecido Presidente da ADFA muito gostava da vida do jardim da Associação e das árvores, flores e arbustos ali conservados. É no jardim da ADFA que a oliveira vai continuar a expandir raízes e ramos, num verde bonito, perante a janela da sala em que trabalhava o comendador da República, na Sede Nacional, como um sinal de nova vida espiritual e em memória do presidente José Arruda.
A simbologia judaico-cristã da oliveira foi notada nesta ocasião. A madeira de oliveira, uma das mais resistentes e duradouras tem sido usada, ao longo de milénios, na produção de, por exemplo, objetos religiosos e outros, estando indelevelmente relacionada com a longevidade e com a eternidade. O azeite, extraído do fruto da oliveira, misturado com bálsamo e benzido, é usado nos santos óleos que o catolicismo aplica na unção do batismo, na ordenação sacerdotal ou na unção dos enfermos, a extrema-unção.



É um sinal de pureza. Se a água do batismo limpa o catecúmeno, os santos óleos, o azeite e bálsamo, purificam e preparam o Homem para uma vida nova e longa, no caminho do Bem.
O azeite alimenta a Chama do Sacrário, no lugar mais sagrado de todas as igrejas, e a Chama da Pátria, junto ao Túmulo do Soldado Desconhecido, na Sala do Capítulo do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha.
Também se associa a oliveira à passagem bíblica acerca do Dilúvio e da Arca de Noé. Depois de limpar o mundo através da água do Dilúvio, o sinal de Deus de que a Terra estava pronta para um novo começo foi o retorno da pomba lançada por Noé: trazia no bico um raminho de oliveira, indicando que já havia terra seca onde o Homem podia (re)viver, tendo terminado a provação da apocalíptica inundação. Este episódio associa ainda o ramo de oliveira à Paz, através do ser alado que é a pomba branca, que a transportou.
O Dia da Árvore na ADFA foi também o dia da celebração da Vida, da Cidadania, da Solidariedade e da Liberdade, valores tão caros ao saudoso José Arruda, cuja memória fica registada numa obra tão significativa.

In memoriam de um combatente

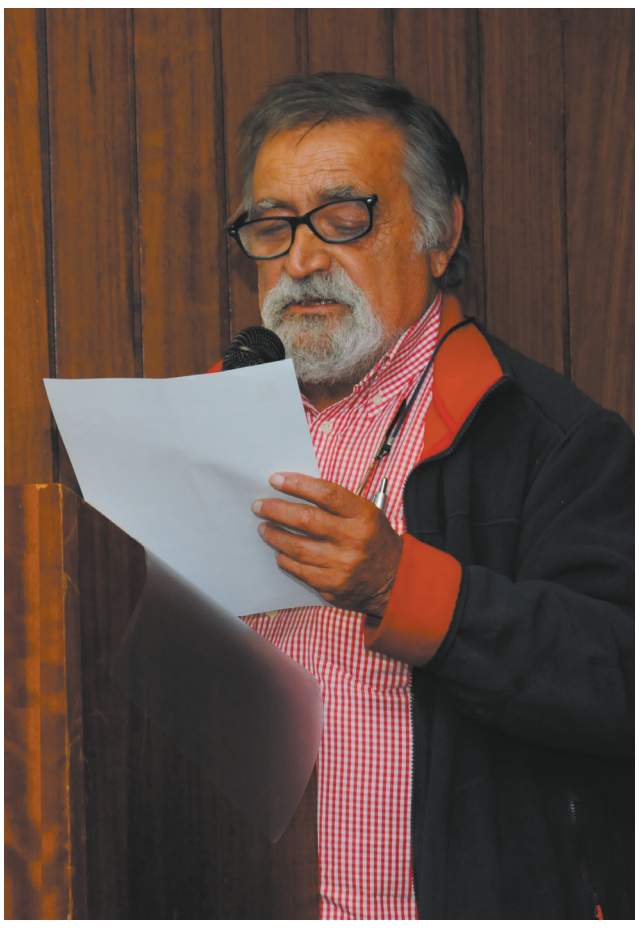
Por Mário Crespo

Não me vai ser fácil falar de um amigo que partiu.
Mas por outro lado foi uma sensação não totalmente estranha para mim e para todos nós que vivemos a guerra colonial. Sermos confrontados com a brutalidade súbita da notícia de um amigo próximo que desaparece no auge da vida. No sopro ardente de uma mina numa qualquer picada. No horror dilacerante de um estilhaço com um zumbido assassino. Na estalada fatal de uma bala incógnita. Ou na doença. Do corpo ou do espírito de que tantos aqui ainda sofrem.
O Zé Arruda partiu assim. De repente. A meio do seu combate de uma vida. Quando não estávamos à espera. E ficamos atónitos, tentando entender o vazio que se tinha criado. Tentando fazer sentido do estranho vácuo que nos passa a rodear. Tentando prolongar a presença com recordações.
Penoso para todos nós, como tão bem disse o Senhor Presidente General Ramalho Eanes no seu notável prefácio deste livro, que conhecemos e convivemos com o Zé Arruda na plena "honra de estar vivo".
E como o Zé Arruda honrou essa grande dádiva da vida que teve! É oportuno recordar hoje, de facto é oportuno recordar de vez em quando, o que o Zé Arruda e o Manuel Lopes Dias sofreram em consequência de terem vivido um momento muito com-





plexo na história do nosso país. Nesse percurso o que distingue quer o Zé quer o Manel é a extraordinária têmpera e fibra destes dois Combatentes.
Numa conversa que tivemos há uns anos descreveram-me o que passaram dois jovens, com pouco mais de vinte anos, acabados de chegar da frente de combate muito feridos e com uma incapacidade impossível de imaginar totalmente a quem não a tem. Ficaram muito tempo sozinhos num hospital militar perdidos na escuridão que lhes tinha caído em cima e desorientados na estranheza do mundo que os rodeava.
Não terá sido fácil sobreviver nessa nova frente de combate para eles tão dura e traiçoeira como as que tinham conhecido e que os vitimou em Moçambique.
Eles os dois sobreviveram. O excecional é que não fizeram só isso. Excederam-se como seres humanos impulsionando com uma vontade férrea o reconhecimento de direitos que eram seus. Nesse combate forçaram o cumprimento abrangente dos deveres de um País e de um Estado nem sempre pródigo no reconhecimento das suas obrigações e responsabilidades na retribuição e compensação do sacrifício que o Zé Arruda, o Manuel Lopes Dias e tantos outros tinham feito pela sua nação, que isso lhes exigiu nesse período histórico. Controverso que tenha sido esse momento da História é também preciso encará-lo hoje sem aquilo que os historiadores chamam de presentismo – ou seja, julgar momentos históricos passados à luz dos conceitos de ética, estética e moral do presente.
Somos todos outros hoje em 2019.
Muito diferentes do que o éramos em 1970 quando o Zé Arruda, o Manuel Lopes Dias e mais umas largas dezenas de milhar de gente muito jovem cheia daquela "honra de estar vivos" que o Senhor General Ramalho Eanes referiu, entrámos no quartel de Boane, Moçambique, para dar início a uma fase crucial nas nossas vidas, que nos iria marcar a todos.
Sem os presentismos que referi, mas tentando ser friamente lúcido, talvez este tenha sido o grande erro do período histórico que antecedeu o 25 de Abril. Ter sacrificado durante duas décadas, até 1974, gerações sucessivas de jovens, durante praticamente quatro anos úteis, à mais perigosa, improdutiva e inconsequente actividade possível.
Não há futuro de um país que resista a uma tal sangria das suas essências – e o nosso não resistiu. Houve consequências e há consequências na insuficiência de quadros adequados a conduzir um País em modernidade. Insuficiências que ainda se sentem hoje e que não nos deixaram cumprir os nossos destinos nacionais, aqui na Europa e certamente também em África, nas nossas outras pátrias bem-amadas.



Há um episódio que vivi em 1973 que é oportuno recordar, sobretudo aqui na ADFA do Zé Arruda. Depois de uma missão no Niassa apanhei um avião fretado à noite em Vila Cabral com destino a Lourenço Marques. Quando entrei no Boeing 737 da DETA havia várias macas que tinham sido estendidas sobre os bancos dobrados, junto às janelas.
Numa deles logo à entrada pela porta ré do aparelho estava um jovem.
Muito jovem. Soube depois que ia fazer 19 anos e que tinha sido incorporado como voluntário aos 18. Tinha perdido um pé numa mina anti-pessoal havia poucas horas. Tinham-no estabilizado mas ainda estava com restos de poeira no rosto. Olhou para mim e eu olhei para ele. "Fica aqui ao pé" disse-me. Tinha-me reconhecido de Lourenço Marques. Eu fiquei. Durante a viagem contou-me o que se tinha passado. Como conforto lembro-me de lhe ter dito: - "O importante é que a tropa para ti acabou". "Vão recuperar-te certamente e tens uma vida inteira à tua frente".
No dia seguinte fui vê-lo ao hospital militar ainda em Lourenço Marques, levei-lhe um rádio transístor e um aftershave bom que comprei numa loja chamada John Orr's. Mas ele estava numa enfermaria muito ruidosa, de jovens igualmente mutilados como ele, mas em fases de recuperação diferentes.
Queixou-se do salutar, embora incómodo, barulho que o rodeava. Com a interferência de um bom amigo no Comando-Chefe consegui que o mudassem de quarto. Recordo este episódio porque me marcou a maneira que eu na altura encontrei para o confortar: "A tropa para ti acabou". E o que pensei mas não disse - "Vai cumpre o teu futuro que finalmente é teu embora tenhas pago por ele um preço terrível".
Não sei o que é que lhe aconteceu depois de ter sido evacuado para Lisboa. Sei o que aconteceu ao Zé Arruda e ao Manuel Lopes Dias e ao David Calrão e ao Carlos Benoliel, cujos nomes estão gravados na secção dos anos 69 e 70 lá em baixo no Monumento aos Combatentes do Ultramar e que é hoje legítimo evocar, aqui nesta cerimónia em que me sento entre heróis.
Foi deste mundo nas estadas prolongadas e traumáticas em enfermarias do Hospital Militar que nasceu a enorme energia que o Zé Arruda tinha em si e que o fez, tateando um labirinto dificílimo, erguer esta obra que é a ADFA que sem ele provavelmente não existia na dimensão e importância que hoje tem.
Sensibilizou-me desde sempre o seu empenho de verdadeira cidadania no mais humanístico que isso pode representar numa sociedade. Houve várias causas que ele me pediu para ajudar a divulgar. A Hepatite C com que muitos de nós, incluindo eu, viemos da vida militar. O Zé Arruda falou-me disso quando o tratamento estava a demorar, por vezes demais, para tantos camaradas que tinham vindo infectados por um vírus terrível cujo contágio era directamente imputável a muitas das práticas seguidas nessa altura, em que não havia seringas descartáveis e em que éramos vacinados aos milhares de um vez só com uma dis-

plicente (para dizer o mínimo) troca de agulhas para a mesma seringa. O Manuel Lopes Dias e eu estivemos sentados nessa bizarra e criminosa fila para sermos vacinados em Boane. Depois houve a causa das pensões de sobrevivência dos veteranos em que ele se empenhou para defender as muitas famílias afectadas pelas guerras de África.

E há ainda uma das obras que mais grata me é de exaltar que é a extensão do apoio da ADFA aos veteranos das antigas colónias, também eles vítimas de um período histórico que felizmente foi ultrapassado em Abril de 1974.

Este é um livro muito importante pelos notáveis depoimentos que contém. O do General Ramalho Eanes que pela sua profundidade erudita diz tudo aquilo que eu quereria dizer sobre a vida e obra do Zé Arruda e nunca conseguiria. O do grande Mário Albuquerque um dos heróis do desporto da nossa juventude. Quando nesta sala da ADFA nos despedíamos do Zé Arruda adorei ver uma fotografia dele em pleno desafio de Basquete a voar junto ao cesto contra um lance do Mário Albuquerque. Foi esse Arruda alado que se perdeu na guerra colonial, embora tenha revelado nessa tragédia a excepcionalidade de todas as imensas qualidades que ele tinha em si. Há também o depoimento desse aristocrata da nossa vida pública que é o Dr. João Soares que detectou no Zé Arruda "um homem bom, bem formado e solidário". Há o perturbante ensaio do grande intelectual moçambicano José Craveirinha que nos interpela no mais fundo dos nossos cinismos e oportunismos quando nos adverte dos riscos da evocação de heróis da estatura do Zé Arruda, sugerindo proximidades que, na verdade das nossas mediocridades, nunca teremos.

Todos juntos formam um conjunto de depoimentos poderosos que não só reconhecem o valor do Homem como caracterizam a época em que ele viveu e que ele de facto marcou.

Entre o muito que deixa, está seguramente a magnífica família que teve e que recebe dele o património único do convívio insubstituível com uma das mais expressivas, boas e decentes figuras que eu conheci.



Muito obrigado pela honra que me deram de invocar durante uns difíceis momentos a memória do meu amigo, do meu – camarada – que era assim que nos tratávamos.

O Zé Arruda foi um homem muito importante para Portugal. Fazendo muitas vezes despertar as consciências que se estavam a acomodar. Ele não deixava que isso acontecesse. Eu creio que ele, dentro da sua energia, tinha aqueles dotes de diplomata que Churchill descreveu como sendo a arte de conseguir mandar alguém para o Diabo com tão bons modos e elegância que a pessoa acaba a pedir direções.

O Zé, com o seu senso de humor infinito e com a imensa autoridade que tinha como sobrevivente, conseguia sensibilizar muita gente. É fundamental destacar aqui o imenso papel que o General Eanes, o Professor Cavaco Silva e o Engenheiro Krus Abecassis tiveram na construção desta excelente sede da ADFA por que o Arruda tanto lutou e que é a grande mensagem que nos chega hoje, aqui e daqui, em que podemos, finalmente, dizer que Portugal não deixa ninguém para trás no campo de batalha.

Paladino da Liberdade

Por Boris Arruda

Estou aqui para falar um pouco de como foi a concepção deste livro e como surgiu esta ideia.

A ideia surgiu há mais de um ano, quando começámos a pensar como poderíamos presentear o nosso Pai pelo seu septuagésimo aniversário.

Sem dúvida alguma, um livro foi o primeiro pensamento que tivemos. Contar ao mundo a história do nosso Pai juntamente com testemunhos da Família, colegas e amigos próximos seria uma homenagem justa para a grandiosidade deste Ser Humano.

Pai, tu já dizias na brincadeira que alguém iria escrever um livro sobre as tuas memórias e histórias, pois tinhas um orgulho enorme em mostrar o teu álbum de recortes de jornais.

Álbum esse que, por vezes, desaparecia lá de casa porque ele gostava de emprestar aos amigos para verem o seu percurso de vida.

Contactámos a Estremoz Editora ao qual se disponibilizou de imediato a ajudar-nos.

Toda a preparação foi feita às escondidas, foram muitas chamadas, muitos e-mails, muitos depoimentos gravados, todos queriam participar no teu presente...

Dizias que não tinhas fotografias de jeito e que por isso precisavas de fazer um "book". Será que já sabias desta surpresa?

Mas infelizmente a vida pregou-nos uma partida e não estarás presente fisicamente nesta grande homenagem que preparámos para ti e que era para ser realizada no dia 10 de fevereiro, dia dos teus anos.

Sendo assim escolhemos o dia 21 de março por ser o Dia Mundial da Poesia com o propósito deste dia promover a escrita e a leitura. Também o dia é marcado por ser o Dia Mundial da Árvore e para simbolizá-lo iremos plantar a árvore José Arruda. A árvore escolhida será uma oliveira, acima de tudo por ser uma espécie autóctone e por ter uma beleza muito característica representando o símbolo da Paz.

Não tenho dúvidas nenhumas que no sítio onde estiveres estarás a assistir com muito orgulho a esta homenagem que preparámos com muito carinho juntamente com os teus amigos, colegas, associados...

Serás sem dúvida nenhuma o Paladino da Liberdade.

Para terminar queria deixar ainda uma palavra em forma de agradecimento à nossa mãe.

Sempre soube que junto de um grande homem está uma grande mulher. Já o meu Pai dizia nos seus discursos que as mulheres dos deficientes "elas são o nosso apoio" são a nossa "grande muleta"... Ela esteve sempre presente, desde o tempo que namoravam até ao último dia da sua vida. Foi incansável, ajudava-o no que era preciso, acompanhava-o nos eventos da ADFA e fora da ADFA; era 24 sobre 24. Ainda assim sempre arranjou tempo e força para nos criar.

Por tudo isso, Mãe, hoje também mereces ser homenageada. Sei que não estamos a viver um momento fácil, mas estaremos sempre aqui para te apoiar.



ral, político e normativo que ao longo dos anos foi sendo construído, na área do reconhecimento dos direitos dos deficientes militares e dos apoios que estão estabelecidos, incorporando-os nesse Estatuto, bem como outros que seria oportuno promulgar no sentido de resolver as questões ainda a aguardar as adequadas soluções reparadoras.
Este era exatamente o objetivo subjacente à proposta da ADFA de criação da Magna Carta dos Deficientes Militares, que gerou o acolhimento do Ministério da Defesa Nacional, vertido na decisão política de se constituir um grupo de trabalho para o efeito, sem que todavia tenha sido concretizado o objetivo que lhe esteve subjacente.
O Estatuto do Deficiente Militar pretendido visa salvaguardar os regimes jurídicos específicos dos deficientes das Forças Armadas, tais como:
a) Decreto-Lei 43/76, de 20 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei 93/83, de 17 de fevereiro; Decreto-Lei n.º 203/87, de 16 de maio; Decreto-Lei 224/90, de 10 de julho; Decreto-Lei 183/91, de 17 de maio; Decreto-Lei 259/93, de 22 de julho; L 46/99, de 16 junho e Lei 26/2009, de 18 de junho – Deficiente das Forças Armadas (DFA);
b) DL 319/84, de 1 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei 267/88, de 1 de agosto – Deficiente Civil das Forças Armadas (DCFA);
c) Decreto-Lei 314/90, de 13 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei 146/92, de 21 de julho e Decreto-Lei 248/98, de 11 de agosto – Grande Deficiente das Forças Armadas (GDFA);
d) Decreto-Lei n.º 259/99, de 07JUL – Grande Deficiente do Serviço Efetivo Normal (GDSEN);
e) Normas do Estatuto da Aposentação relativas aos militares e designadamente em relação aos abrangidos pelo artigo 127.º – Pensionistas de invalidez em serviço de campanha e em serviço;
f) Decreto-Lei 240/98, de 7 de agosto – Pensionistas de invalidez em serviço de campanha e em serviço;
g) Decreto-Lei 503/99, de 20 de novembro, na parte aplicável ao s deficientes militares das Forças Armadas, cujo acidente ou doença ocorreu após 1 de maio de 2000;
h) Decreto-Lei 466/99, de 6 de novembro – pensões de preço de sangue e pensões por serviços excecionais e relevantes prestados ao País;
i) Decreto-Lei 167/2005, de 23 de setembro – assistência na doença aos militares;
j) Portaria 1034/2009, de 11 de setembro – assistência em caso de acidentes de serviço e doenças profissionais dos militares das Forças Armadas;
l) Decreto-Lei 358/70, de 29 de julho – isenção de propinas;
m) Portaria 445/71, de 20 de agosto – isenção de propinas;
n) Decreto-Lei 113/2011, de 29 de novembro – isenção de taxas moderadoras;
o) Decreto-Lei 295/73, de 9 de junho – graduação dos militares do Quadro Permanente DFA.
Para além desta legislação, o Estatuto do Deficiente Militar terá de acautelar a manutenção em vigor na ordem jurídica de disposições legais dispersas, contidas em diplomas específicos que reconhecem direitos ao universo dos deficientes das Forças Armadas (vg. CIRS, CISV, CIUC, CIVA e despachos).
Tendo em consideração que os regimes jurídicos específicos dos deficientes das Forças Armadas abrangem situações passadas, presentes e futuras, o Estatuto do Deficiente Militar também deverá prevenir a acomodação de direitos que venham a ser reconhecidos pelo Estado. Não obstante o entendimento da ADFA manifestado e tendo em consideração o mesmo com referência ao Estatuto do Deficiente Militar sempre se dirá que a proposta de projeto apresentada relativa aos deficientes militares não inclui a referência a normas dispersas em diplomas específicos podendo, por esse facto, levantar sérios problemas de interpretação jurídica.
Por outro lado também não menciona
a) o Decreto-Lei 295/73, de 9 de junho, que permite a graduação dos militares do Quadro Permanente, aplicável aos DFA;
b) relativamente ao Decreto-Lei 466/99, de 6 de novembro, não é referida a pensão por serviços excecionais e relevantes prestados ao País;
c) não é mencionado no que respeita ao Decreto-Lei 240/98, de 7 de agosto, a transmissibilidade de pensão aos herdeiros hábeis;
d) não há qualquer alusão aos Deficientes Civis das Forças Armadas, abrangidos pelo Decreto-Lei 319/84, de 1 de outubro, na redação do Decreto-Lei 267/88, de 1 de agosto, a quem se aplicam algumas das disposições do regime instituído pelo Decreto-Lei 43/76, de 20 de janeiro;
e) no contexto do abono suplementar de invalidez existe um lapso, porquanto o explicativo se refere à prestação suplementar de invalidez e não ao abono suplementar de invalidez. Tendo em consideração os fundamentos acima expostos, a ADFA mantém a sua proposta de criação, em forma de Lei, do Estatuto do Deficiente Militar consagrando o reconhecimento do Estado do direito à reparação moral e material devida aos foram chamados a servir a Nação em situação de perigo ou perigosidade e o reflexo da consideração que os valores morais e patrióticos por eles representados devem merecer por parte da Nação.

Lisboa, 29 de março de 2019
A Direção Nacional da ADFA
Manuel Lopes Dias
Presidente

Visita à Sede Nacional

Comissão Nacional de Acompanhamento da Rede Nacional de Apoio

A Comissão Nacional de Acompanhamento da Rede Nacional de Apoio (Stress de Guerra) realizou uma visita à Sede Nacional da ADFA, em Lisboa, no dia 27 de março.
A delegação da CNA foi composta por: Catarina Figueiredo Cardoso, Sub-DG/DGRDN e presidente da CNA; Nuno Caeiro, chefe da Divisão de Saúde Militar (DSM) da DGRDN; Maria João Sampaio, técnica superior da DSM/DGRDN; Rui Susana, representante da Secretaria-Geral do MDN; Paula Domingos, representante da Direção-Geral de Saúde do Ministério da Saúde; capitão-de-mar-e-guerra Beltrão Loureiro, representante da Direção Jurídica da Marinha; capitão de Fragata médica naval Rita Magalhães, representante do Serviço de Saúde da Marinha; tenente-coronel João Moreira, representante do Departamento Jurídico da Força Aérea.
Os visitantes conheceram os diversos departamentos e serviços da Sede Nacional da ADFA e da Delegação de Lisboa, tendo também passado pelo ELO.

Apelo à Consignação IRS

O período oficial da entrega da declaração de IRS decorre de 1 de abril a 30 de junho de 2019.
A ADFA relança nesta edição do ELO uma campanha que apela a que o contribuinte escolha destinar-lhe, sem quaisquer custos, a fração autorizada (0,5%) dos seus impostos em sede de IRS. O valor que é assim destinado à ADFA contribuiu decisivamente para o cumprimento da missão da Associação junto dos deficientes militares. A Autoridade Tributária alterou, neste ano de 2019, as datas de entrega e de validação da declaração de IRS (entre 1 de abril e 30 de junho) e possibilitou ao contribuinte antecipar a consignação fiscal (0,5%) até 31 de março através do Portal das Finanças. A consignação de IRS pode ser efectuada desde já, no Portal das Finanças, e não constitui nenhum encargo para o contribuinte, uma vez que esses 0,5% do imposto são retirados ao Estado, por indicação do contrubuinte na sua declaração de IRS.
Quando a opção for pelo método tradicional, através do Modelo 3, nas mesmas datas, ao preencher e validar a sua declaração de IRS, basta assinalar o Quadro 11 da folha inicial, com uma cruz na segunda opção **™Instituições Particulares de Solidariedade Social ou Pessoas Coletivas de Utilidade Pública"** e outra em IRS e escrever o número de contribuinte da ADFA – **500 032 246**.
No caso de estar abrangido pelo IRS Automático, a consignação efetua-se na área "Pré Liquidação do Portal das Finanças".
A adesão à campanha de consignação de IRS à ADFA é um meio de garantir um contributo e apoio ao desenvolvimento da missão da ADFA, em todos os quadrantes, na defesa dos deficientes militares e suas famílias. A Associação agradece a solidariedade dos contribuintes e apela para que divulguem esta iniciativa junto dos seus familiares e amigos.

MILITARES DA MARINHA DE GUERRA FILHOS DA ESCOLA DE 1959/60

Realiza-se no dia 13 de abril, em Rio Maior, o 60.º Encontro dos Marinheiros, que galhardamente serviram o País e nas ex-Províncias Ultramarinas, no Restaurante "O Gato Preto", pelas 11:00 horas, seguindo-se o almoço convívio pelas 12:30 horas.
Os interessados devem contactar António Pinto Santos – 5.ª Companhia – tlm 917304477



PADM

PLANO DE AÇÃO
PARA APOIO AOS
DEFICIENTES MILITARES

Contactos dos Técnicos

ÁREA GEOGRÁFICA	TÉCNICO/A
Distrito de Bragança Todos os concelhos **Distrito de Vila Real** Todos os concelhos **Distrito de Viana do Castelo** Todos os concelhos **Distrito de Braga** Todos os concelhos	**Ana Moreira** T. 925 604 523 ana.moreira@padm.crpg.pt Polo Porto
Distrito do Porto Todos os concelhos **Distrito Aveiro** Concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Feira, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar, S. João da Madeira e Vale de Cambra	**Vera Silva** T. 960 076 911 vera.silva@padm.crpg.pt Polo Porto
Distrito de Aveiro Concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ílhavo, Mealhada, Oliveira do Bairro, Sever de Vouga e Vagos **Distrito de Viseu** Todos os concelhos **Distrito da Guarda** Todos os concelhos **Distrito de Coimbra** Todos os concelhos **Distrito de Castelo Branco** Todos os concelhos **Distrito de Leiria** Concelhos de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrogão, Pombal **Distrito de Portalegre** Concelhos de Castelo de Vide, Crato, Gavião, Marvão, Nisa e Portalegre	**Norberto Simões** T. 960 076 902 norberto.simoes@padm.crpg.pt Polo Coimbra
Distrito de Lisboa Todos os concelhos **Distrito de Santarém** Todos os concelhos **Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e outros países**	**Ana Machado** T. 917 365 357 ana.machado@padm.crpg.pt Polo Lisboa
Distrito de Leiria Concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche e Porto de Mós **Distrito de Setúbal** Todos os concelhos **Distrito de Portalegre** Concelhos de Arronches, Alter do Chão, Avis, Campo Maior, Elvas, Fronteira, Monforte, Ponte de Sôr e Sousel **Distrito de Évora** Todos os concelhos **Distrito de Beja** Todos os concelhos **Distrito de Faro** Todos os concelhos	**Susana Silva** T. 925 574 012 susana.silva@padm.crpg.pt Polo Lisboa
Região Autónoma da Madeira	**Idalina Freitas** T. 968 581 300 idalina.freitas@padm.crpg.pt Polo da Madeira
Região Autónoma dos Açores	**Maria Botelho** T. 960 076 876 maria.botelho@padm.crpg.pt Polo dos Açores

Histórias de Vida

A história de Augusto Alves Matias

..."é muito bom ter alguém que nos ajude nos momentos mais difíceis"

Natural do concelho da Covilhã, Augusto Alves Matias, de 68 anos, é casado e tem dois filhos. A família é o seu principal pilar de suporte e apoio.

Augusto Matias, começou a trabalhar aos 18 anos, na exploração mineira da sua localidade, interrompendo a sua atividade para o cumprimento do serviço militar.

Durante os 27 meses de missão em Moçambique sofreu um acidente, do qual resultou numa lesão no braço, geradora de incapacidade.

Quando regressou à sua localidade de São Jorge da Beira, dedicou-se novamente à exploração mineira, nas Minas da Panasqueira. Exerceu esta profissão durante 25 anos.

Devido ao diagnóstico de uma doença grave, Augusto Matias tem vindo a sofrer agravamentos sucessivos do seu estado de saúde, o que o levou a alterar grande parte das suas rotinas e adaptar-se a esta nova realidade. Tem sido seguido clinicamente em Coimbra, referindo que "tenho ido a Coimbra mais vezes, nos últimos meses, que durante toda a minha vida". Para aceder aos cuidados de saúde, necessita de apoio ao nível do transporte e alojamento.

Tem sido apoiado e acompanhado nesta etapa da sua vida, referindo que "é muito bom ter alguém que nos ajude nos momentos mais difíceis … pois ajuda a resolver os problemas".

A história de Mário Ferreira

"...Enquanto tiver forças, darei todo o apoio necessário à minha esposa"

Natural de Vila Nova de Gaia, Mário Ferreira está casado há 44 anos e tem dois filhos. A filha reside em Mirandela, pois está lá colocada como professora e o filho reside perto do casal.

Mecânico de profissão, sempre a exerceu com profissionalismo e gosto pela arte, tendo-se reformado há 15 anos.

A esposa sempre se dedicou à costura, fazendo pequenos trabalhos em casa. As relações familiares foram sempre boas, existindo uma boa harmonia familiar.

Há 10 anos foi diagnosticada à esposa uma doença degenerativa bastante incapacitante. Atualmente, encontra-se acamada e a necessitar de apoio permanente.

Mário Ferreira faz questão de lhe assegurar todos os cuidados necessários, como a higiene pessoal, alimentação e acompanhamento, nas 24 horas de cada dia, pois refere: "não consigo sair, sabendo que a minha esposa precisa de mim… Enquanto tiver forças darei todo o apoio necessário à minha esposa".

Mário Ferreira foi entretanto informado dos direitos que a esposa tinha ao nível da comparticipação de produtos de apoio e ao apoio ao nível da reabilitação física no domicílio. Neste momento tem fisioterapia no domicílio, o que tem contribuído para um não agravamento do seu estado funcional.

Refere que "se não fosse o apoio que estou a ter, não sei se conseguiria ter a minha esposa comigo em casa".

Reutilize as sobras e crie pratos deliciosos


FOTO DR

O tema sobre a luta contra o Desperdício Alimentar tem tomado cada vez mais relevância junto das entidades competentes. Em 2016, a Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar instituiu, em Diário da República, um Despacho relativo a esta temática.

Para o presente artigo importa esclarecer 2 conceitos: o de *desperdício alimentar* - que se refere aos alimentos ou partes de alimentos que não são aproveitados para a confeção - e o de *sobras* que se refere aos alimentos "reutilizáveis" que restam no final da refeição.

Estima-se que cerca 25% dos alimentos que adquirimos vão para o lixo. Todos temos o dever de, no dia-a-dia, tentar reduzir o desperdício alimentar e prevenir/reutilizar as sobras, que uma vez sendo desaproveitadas poderão contribuir para aumentar o desperdício alimentar.

Neste contexto, irei sugerir alguns pratos saborosos que podem ser confecionados com "desperdício não reutilizável" e sobras de alimentos.

Entradas: pão (da véspera) com azeite, alho e ervas aromáticas, no forno; canapés com pão (da véspera) torrado com tomate, queijo fresco e noz

Sopa: adicione sobras de batata e de cenoura cozida, assim como os talos da couve ou dos grelos para a base.

As sobras de batata e de curgete também podem ser usadas para fazer puré.

Prato de carne: jardineira com sobras de carne ou aves e almôndegas ou hambúrguer caseiro com sobras de carne picada.

Prato de peixe: roupa velha. O famoso prato pós-consoada pode ser ingerido em qualquer altura do ano, com bacalhau ou com outro pescado. Faça roupa velha sempre que existem sobras de um peixe cozido, com batata e hortaliça.

Quando existem sobras de carne ou de peixe, as arrozadas, massadas, açorda e empadão são sempre boa ideia, como por exemplo: arroz de bacalhau com brócolos, massada de frango com macedónia de legumes, empadão de arroz com peixe e espinafres, açorda de peixe com couve-de-bruxelas salteada.

Prato de ovo: tortilha de batata, omeleta com fiambre são apenas dois exemplos de um alimento tão versátil.

Sobremesa: se sobrar fruta laminada aproveite para uma salada de fruta. Pudim de pão poderá ser uma boa escolha para um doce de fim-de-semana.

Seja criativo, reutilize as sobras e crie pratos deliciosos!

Se desejar mais informação, esclarecer dúvidas ou partilhar a sua opinião sobre o tema, envie e-mail para secretaria.porto@adfa.org.pt.

Ângela Henriques
Nutricionista da Delegação do Porto

Plásticos descartáveis e novas regras da UE para reduzir o lixo marinho (II)

Extrato do comunicado de imprensa da Comissão Europeia

Perante uma quantidade cada vez maior de resíduos nocivos de plástico nos mares e oceanos, a Comissão Europeia propõe novas regras à escala da UE para os 10 produtos de plástico descartáveis mais frequentemente encontrados nas praias europeias e no mar, bem como para as artes de pesca perdidas ou abandonadas

As novas regras introduzirão:

Uma proibição de utilização de plásticos em determinados produtos: Nos casos em que existem alternativas facilmente disponíveis e acessíveis em termos de preço, os produtos de plástico descartáveis serão banidos do mercado. A proibição será aplicável aos *cotonetes, talheres, pratos, palhinhas, agitadores de bebidas e paus para balões em plástico*, que terão de ser todos fabricados exclusivamente a partir de matérias-primas mais sustentáveis. As *embalagens de bebidas* descartáveis feitas de plástico só serão autorizadas no mercado se as respetivas tampas se mantiverem agarradas à embalagem;

Objetivos de redução do consumo: Os Estados-Membros terão de reduzir a utilização de plásticos em *recipientes descartáveis para alimentos* e *bebidas*. Podem fazê-lo através da fixação de objetivos nacionais de redução, disponibilizando produtos alternativos nos pontos de venda ou garantindo que os produtos de plástico descartáveis não possam ser fornecidos gratuitamente;

Obrigações para os produtores: Os produtores contribuirão para cobrir os custos da gestão dos resíduos e da limpeza, bem como de medidas de sensibilização para o problema dos *recipientes para alimentos, dos pacotes e embalagens (por exemplo para as batatas fritas e doces), dos recipientes para bebidas, dos produtos de tabaco (filtros dos cigarros), dos toalhetes húmidos, dos balões e dos sacos de plástico leves*. Serão também dados incentivos à indústria para desenvolver alternativas menos poluentes para esses produtos;

Objetivos de recolha: os Estados-Membros serão obrigados a recolher 90% das *garrafas de bebidas de plástico* descartáveis até 2025, por exemplo através de regimes de restituição de depósitos;

Requisitos de rotulagem: certos produtos exigirão uma rotulagem clara e normalizada indicando a forma como os resíduos devem ser eliminados, o impacto ambiental negativo do produto e a presença de plásticos nos produtos. Essa rotulagem aplicar-se-á aos *pensos higiénicos, toalhetes húmidos e balões*.

Medidas de sensibilização: os Estados-Membros serão obrigados a sensibilizar os consumidores quanto ao impacto negativo do lixo resultante dos plásticos descartáveis e das artes de pesca, bem como sobre os sistemas de reutilização disponíveis e as opções de gestão dos resíduos para todos estes produtos.

A Comissão visa completar o quadro de ação existente no que respeita às artes de pesca, que representam 27% de todos os resíduos das praias, com regimes de responsabilização dos produtores de artes de pesca que contenham plástico. Os produtores desse tipo de artes de pesca serão obrigados a cobrir os custos da recolha de resíduos em instalações portuárias de receção e do seu transporte e tratamento. Cobrirão também os custos das medidas de sensibilização. As informações sobre as novas regras relativas às artes de pesca estão disponíveis.

Próximas etapas

As propostas da Comissão serão agora transmitidas ao Parlamento Europeu e ao Conselho para adoção. A Comissão insta as outras instituições a tratar este dossier com caráter prioritário e a assegurar resultados tangíveis para os europeus antes das eleições de maio de 2019.

Para assinalar o Dia Mundial do Ambiente, em 5 de junho, a Comissão irá também lançar uma campanha de sensibilização à escala da UE para pôr em evidência as possibilidades de escolha dos consumidores e salientar o papel dos cidadãos individuais no combate à poluição por plásticos e ao lixo marinho.

Naturalmente, a luta contra o lixo marinho produzido na UE é apenas uma componente do panorama mundial, mas ao assumir a liderança a União Europeia estará numa posição forte para impulsionar a mudança a nível global, através do G7 e do G20 e no contexto da aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Contexto

A iniciativa de hoje contempla o compromisso assumido na Estratégia Europeia para os Plásticos no sentido de lidar com os resíduos e lixos plásticos prejudiciais através

A proposta de diretiva trará benefícios tanto em termos económicos como ambientais. As novas IP/18/3927 medidas irão, por exemplo:

- evitar a emissão de 3,4 milhões de toneladas de equivalente de CO2;
- evitar danos ambientais que implicariam um custo equivalente a 22 mil milhões de EUR até 2030;
- proporcionar aos consumidores uma poupança estimada em 6,5 milhões de euros.

A par das novas regras e metas da UE em matéria de resíduos adotadas este mês, as novas regras irão garantir a clareza, segurança jurídica e as economias de escala de que as empresas da UE precisarão para poderem assumir a liderança em novos mercados para produtos de múltipla utilização alternativos e inovadores, novos materiais e produtos mais bem concebidos.

Em consonância com os requisitos da iniciativa «Legislar Melhor», foram realizadas consultas às partes interessadas, uma consulta pública aberta e avaliações de impacto exaustivas na preparação da proposta hoje apresentada.

António Cabrera

Protocolo ADFA

Concedemos a todos os associados, funcionários e familiares
10% de desconto:

- Sobre a prestação de serviços
- Em trasladações nacionais e internacionais
- No serviço de florista (entregas gratuitas para a grande Lisboa)

- **Deslocações imediatas ao domicílio ou outros locais**
(Lisboa, Odivelas, Loures, Sintra, Amadora, Oeiras, Cascais, Mafra, póvoa de Sta. Iria e Almada)
- **Serviço Nacional e Internacional**
- **Realizamos Funerais com Protocolo**
- **Dispomos de Serviço de Florista**

Linha de apoio gratuita 24h
800 918 881

Lusa
Funerárias de Portugal

Lisboa
Alameda das Linhas de Torres 106 A , 1750-148 - Lumiar
Tel.: 212 429 327 / 912383008 Email: funerarialusa@gmail.com

Póvoa
Funerária de Manuel de Oliveira

Póvoa de Stº. Adrião
Travessa da Palmeira nº1, 2620-157 - Póvoa de Stº.Adrião
Tel.: 219 372 760 Email: funerariapovoa@sapo.pt

Saiba mais em:
www.funerarialusa.pt
www.funerariapovoa.pt

adfacar

Informações
ALBERTO PINTO
Tel.: 21 751 26 40/21 751 26 00 • TM: 91 618 6540
Das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 18h00 (pessoalmente ou através do telefone ou email:
alberto.pinto@adfa-portugal.com)

A ADFCAR dispõe de informações e venda da VW, Audi e Skoda, e também para a Mercedes, Ford, Citröen, BMW, Honda e Toyota.

AUDI

	Preço Base	Preço V. Publico
AUDI A 1 SPORTBACK		
1.0 TFSI Sport 95 cv	16.724,00	20.860,00
1.4 TFSI S tronic Sport 95 cv	18.669,87	23.310,00
1.4 TDI 90 Sport cv	17.402,46	23.660,00
1.4 TDI S Tronic Sport 90 cv	19.141,11	26.110,00
1.6 TDI 116 cv	16.507,63	23.750,00
1.6 TDI 116 cv S Tronic	18.362,44	26.200,00
1,6 TDI 116 cv Sport	17.808,45	25.350,00
1.6 TDI 116 cv S Tronic Sport	19.663,26	27.800,00
AUDI A 3 SPORTBACK		
1.0 TFSI Sport 115 cv	23.130,80	38.840,00
1.0 TFSI Sport S tronic 115 cv	23.436,36	29.190,00
2.0 TFSI Sport quattro 310 cv	39.072,39	56.240,00
1.6 TDI 110 cv	21.159,19	29.640,00
1.6 TDI Sport 110 cv	22.155,27	31.540,00
1.6 TDI Base S Sport 110 cv	22.988,46	31.890,00
1.6 TDI Sport S tronic 110 cv	24.327,43	33.790,00
2.0 TDI Base 150 cv	24.404,07	36.340,00
2.0 TDI Sport 150 cv	25.743,04	38.240,00
2.0 TDI Base S tronic 150cv	25.478,95	38.590,00
2.0 TDI Sport S tronic 150 cv	26.817,93	40.490,00
2.0 TDI Base S Tronic quattro 184 cv	29.441,28	44.390,00
2.0 TDI Sport S. Tronic quattro 184 cv	30.529,70	46.290,00
AUDI A3 LIMOUSINE		
1.0 TFSI Sport 115 cv	22.439,75	27.990,00
1.6 TDI Sport 110 cv	21.464,21	30.690,00
1.6 TDI Sport S. Tronic 110 cv	22.297,40	31.040,00
2.0 TDI Sport 150 cv	25.051,98	37.390,00
2.0 TDI Sport S tronic 150 cv	26.126,87	39.640,00
2.0 TDI Sport S Tronic quattro 184 cv	28.750,22	43.540,00
AUDI A 4 LIMOUSINE		
1.84TFSI 150 cv	30.079,65	39.310,00
2.0 TDI 150 cv	29.514,73	41.120,00
2.0 TDI 150 cv Sport	31.488,91	44.970,00
2.0 TDI 150 cv S Tronic	31.163,70	44.570,00
2.0 TDI 150 cv S Tronic Sport	33.343,62	47.420,00
2.0 TDI 190 cv Sport	33.057,63	47.490,00
2.0 TDI 190 cv S Tronic Sport	35.323,82	49.940,00
2.0 TDI 190 cv S.Tronic quattro Sport	37.689,28	53.440,00
3.0 TDI V6 272 cv quattro tiptronic Sport	44.057,00	69.250,00
AUDI A 4 AVANT		
2.0 TFSI 122 cv	29.256,67	42.140,00
2.0 TDI 150 cv	30,513,30	43.770,00
2.0 TDI S Tronic 150cv	32.368,01	46.220,00
2.0 TDI 190 cv	32.526,68	47.090,00
2.0 TDI S Tronic 190	34.861,45	49.540,00
2.0 TDI 190 cv	32.374,93	47.160,00
2.0 TDI quattro S. Tronic 190 cv	37.226,92	53.040,00
3.0 V6 TDI quattro S tronic	42.576,02	70.340,00
AUDI A 5 SPORTBACK		
2.0 TDI 150 cv	31.040,98	45.600,00
2.0 TDI 150 cv Multitronic	33.045,56	48.150,00
2.0 TDI 190 cv	32.460,21	47.430,00
2.0 TDI 190 Multitronic	34.492,73	49.930,00
2.0 TDI 190 quattro	34.556,46	51.430,00
2.0 TDI 272 cv quattro tiptronic Sport	35.524,28	53.930,00
Audi A 5 Sportback Business Line	44.637,97	70.900,00
2.0 TDI 150 cv	34.183,26	49.465,00
2.0 Tdi 150 cv Multitronic	36.187,85	52.015,00
2.0 TDI 190 cv	35.602,48	51.295,00
2.0 TDI 190 cv Multitronic	37.635,00	53.795,00
2.0 TDI 190 cv quattro S tronic	38.666,55	57.795,00
AUDI Q2		
1.6 TDI Sport 116 cv	23.442,28	33.940,00
1.6 TDI Design 116 cv	23 442,28	33.940,00
1.6 TDI Sport S tronic 116 cv	25 629,65	36.190,00
2.0 TDI Sport S tronic quattro 150 cv	30 432,68	46.180,00
2.0 TDI Design S tronic quattro 150 cv-	30 432,68	46.180,00
AUDI Q3 PI		
2.0 TDI 150 cv	27.487,08	41.060,00
2.0 TDI 150 cv Sport	29.174,60	43.220,00
2.0 TDI 150 cv quattro Sport	29.843,38	45.820,00
2.0 TDI 150 cv S tronic quattro Sport	31.368,45	48.070,00
AUDI Q 5		
2.0 TDI 150 cv	31.953,56	48.420,00
2.0 TDI 150 cv quattro	32.888,90	52.420,00
2.0TDI 190 cv quatro S tronic	37.929,33	59.660,00
AUDI A6		
2.0 TDI 150 cv	35.655,56	50.940,00
2.0 TDI 150 S tronic	38.116,88	53,630,00
2.0 TDI 190	37.314,10	52.980,00
2.0 TDI 190 S tronic	39.824,19	55.730,00
2.0 TDI 190 quattro S tronic	41.628,43	60.130,00
Audi TT Coupé		
2.0 TDI 170 cv quattro	32.511,72	51.375,00
2.0 TDI 170 cv quattro S tronic	33.880,70	53.820.00

VOLKSWAGEN

	Preço Base	Preço V. Publico
POLO		
1.0 60 cv TRENDLINE 5 Portas	12.436,06	15.678,95
1.0 TSI 95 cv BLOUEMOTION 5 Portas	14.106,18	17.627,41
1.2 TSI DSG 90 cv AUVEI 5 Portas	15.912,47	20.325,54
1.4I TDI 75 cv Trendline 5 Portas	14.808,13	20.321,25
1.4I TDI 90 cv CROSS GPS 5 Portas	17.500,87	24.094,59
1.4I TDI 90 cv AUVEI 5 P	16.267,79	22.116,63
1.4I TDI DSG 90 cv AUVEI 5 P	17.700,20	23.978,37
1.4 TDI 105 cv Highline 5 P	17.547,93	23.865,99
1.5 TSI 150cv SPORT	23399,37	31730,1
1.5 TSI 150cv STYLE DSG	22166,29	30271,86
1.5 TSI 150cv SPORT DSG	23822,78	32367,78
1.6 TDI 115cv	18 653,98	27 963,22
1.6 TDI 115cv STYLE	20 613,79	30 373,79
1.6 TDI 115cv SPORT	22 463,41	32 825,01
GOLF		
1.0 TSI 115 cv Trendline 5 Portas	18.903,02	23.550,66
1.0 TSI 115 cv GPS EDITION 5 Portas	19.698,93	24.529,62
1.0TSI DSG 115 cv BlueMotion GPS EDITION 5 Portas	21.228,10	26.410,50
1.6 TDI 90cv Trendline 5 Portas	19.141,93	27.329,57
1.6 TDI 90 cv Confortline 5 Portas	19.895,23	28.256,13
1.6 TDI 110 cv GPS EDITION 5 Portas	20.213,59	28.647,70
1.6 TDI 110 cv Highline 5 Portas	22.482,28	31.438,20
1.6 TDI DSG 110 cv Trendline 5 Portas	20.756,33	29.399,63
2.0 TDI 150cv Confortline 5 Portas	24.008,94	36.193,50
2.0 TDI DSG 150cv Confortline 5 Portas	25.051,79	38.151,03
2.0 TDI DSG 150 cv 5 Portas Highline	27.002,10	40.718,62
2.0 TDI 184 cv GTD 5 Portas	30.174,50	44.198,90
GOLF VARIANTE		
1.4 TSI 150 cv Confortline	21.783,68	28.996,14
1.4 TSI 150 cv Highline	23.642,49	31.394,39
1.6 TDI 90 cv Confortline	21.452,77	30.256,26
1.6 TDI 110 cv GPS EDITION	21.358,75	30.309,32
1.6 TDI DSG 110 cv GPS EDITION	22.818,98	32.274,11
2.0 TDI DSG 150 cv HIGHLINE	27.637,13	40.909,23
2.0 TDI DSG 150cv Confortline	26.824.92	40.500.68
2.0 TDI 184 cv GTD	31.539,01	45.961,61
2.0 TDI DSG 184 cv GTD	31.981,47	47.703,61
JETTA		
2.0 TDI 110 cv Confortline	18.498,47	29.246,92
2.0 TDI DSG7 110 cv Confortline	19.929,88	30.923,20
2.0 TDI DSG7 110 cv Highline	20.802,25	32.249,27
2.0 TDI 150 cv Confortline	21.957,90	33.417,66
2.0 TDI DSG7 150 cv Confortline	23.158,67	35.822,50
2.0 TDI DSG7 150 cv Highline	24.031,06	37.148,60
PASSAT		
1.6 TDI 120cv Confortline	25.075,12	34.964,80
1.6 TDI DSG 120cv Confortline	26.884,45	37.021,57
2.0 TDI 150cv Confortline	25.358,87	37.600,85
2.0 TDI DSG 150cv Confortline	26.617,25	39.992,20
2.0 TDI 190 cv Confortline	26.439,12	38.929,56
2.0 TDI DSG 190cv Confortline	27.515,55	41.265,81
2.0 TDI DSG 190cv Highline	30.215,55	44.586,81
2.0 TDI DSG 240cv 4Motion Highline	35.308,90	55.186,16
VOLKSWAGEN CC		
2.0 TDI 150 cv BlueMotion Technology	29.059,75	43.165,18
2.0 TDI DSG 150 cv BlueMotion Technology	30.063,67	45.718,88
2.0 TDI 184 cv BlueMotion Technology	31.006,49	46.878,55
2.0 TDI DSG 184 cv BlueMotion	32.991,41	49.881,25
PASSAT VARIANT		
1.6 TDI 120cvConfortline	26.318,25	36.662,56
2.0 TDI 150cv Confortline	26.543,44	39.142,23
2.0 TDI 4MOTION 150 cv ALLTRACK	28.340,05	44.160,08
2.0 TDI DSG 150cv Confortline	27.434,11	41.249,99
2.0 TDI DSG 190cv Confortline	27.674,60	40.702,26
2.0 TDI 190 cv Highline	30.303,34	43.935,61
2.0 TDI DSG 4MOTION 240cv Highline	35.759,33	56.156,30
VOLKSWAGEN TIGUAN		
2.0 TDI 115 cv Confortline	24.467,24	35.403,66
2.0 TDI 150 cv Confortline	24.993,68	38.740,06
2.0 TDI 150 cv Highline	26.460,17	40.918,00
2.0 TDI DSG 150 cv Confortline	26.031,50	40.764,91
2.0 TDI DSG 150 cv Highline	27.675,99	43.161,79
2.0 TDI DSG Motion 150 cv Highline	26.527,85	45.639,40
2.0 TDI DSG Motion 190 cv Highline	27.598,77	46.956,01
2.0TDI DSG Motion 240 cv	29.290,39	49.661,48
VOLKSWAGEM SHARAN		
2.0 TDI Blue TDI 150 cv Confortline	33.431,87	45.774,94
2.o TDI Blue TDI 150 cv Highline	35.007,71	47.891,70
2.0 TDI DSG6 Blue TDI 150 cv Confortline	34.765,32	47.976,33
2.0 TDI DSG6 Blue TDI 150 cv Highline	36.399,07	50.079,39
2.0 TDI Blue TDI 184 cv Confortline	43.605,01	47.966,24
2.0 TDI BLHE TDI 184 cv Highline	36.236,19	50.066,13
2.0 TDI DSG6 Blue TDI 184 cv Confortline	36.331,61	50.089,95
2.0 TDI DGS6 Blue TDI 184 cv Highline	37.965,36	52.193,01
VOLKSWAGEN TOURAN 7 LUGARES		
2.0 TDI 150 cv Confortline	24.771,83	37.973,91
2.0 TDI 150 cv Highline	26.492,76	40.175,01
2.0 TDI DSG 150 cv Confortline	26.875,05	40.672,91
2.0 TDI DSG 150 cv Highline	28.176,10	42.460,28
2.0 TDI DSG 190 cv Highine	30.774,43	45.843.31
VOLKSWAGEN BEETLE		
2.0 TDI 110 cv BEETLE DESIGN	20.400,92	31.839,99
2.0 TDI DSG 110 cv BEETLE DESIGN	21.474,15	33.582,03
2.0 TDI 150 cv BEETLE R-LINE	23.160,52	35.993,48
2.0 TDI DSG 110 cv BEETLE DESIGN	22.941,37	36.397,20
VOLKSWAGEN ELÉTRICOS		
e.Golf 115 cv e Golf carga normal AC e rápida DC, 100% Elétrico 5 Portas	32.294,75	39.729,68
Golf GTE Plug-in 204 cv GTE Plug-in Hybrido 5 Portas	35.069,10	43.569,28
Passat Limousine GTE Plug-in 218 cv GTE Plug-in Hybrid 5 Portas	37.759,02	46.877,88
Passat Variant GTE Plug-in 218 cv GTE Plug-in Hybrid	40.177,82	49.853,01

SKODA

	Preço Base	Preço V. Publico
FABIA MY 17		
1.2 TSI Ambition 110 cv Cx 5V	13.199,14	16.996,80
1.2 TSI Style 110 cv Cx 5V	13.891,35	17.848,20
1.2 TSI DSG Ambition 110 cv Cx 7	14.666,83	19.800,20
1.2 TSI DSG Style 110 cv Cx 7	15.357,74	19.643,20
1.4 TDI Ambition 90 cv Cx 5V	13.246,66	18.525,50
1.4 TDI Style 90 cv Cx 5V	15.284,87	21.032,50
1.4 TDI DSG Ambition 90 cv Cx 7V	15.940,23	22.711,30
1.4 TDI Ambition 105 cv Cx 5V	15.123,53	20.884,00
1.4 TDI Style 105 cv Cx 5V	15.814,44	21.733,80
RAPID SPACEBACK 17		
1.4 TDI Ambition 90 cv Cx 5V	14.633,17	20.254,38
1.4 TDI Style 90 cv Cx 5V	15.718,09	21.588,84
1.4 TDI DSG Ambition 90 cv Cx 7V	15.801,05	22.002,33
1.4 TDI DSG Style 90 cv Cx 7V	16.885,97	23.336,79
1.6 TDI Ambition 115 cv Cx 5V	15.701,24	22.927,33
1.6 TDI Style 115 cv Cx 5V	16.788,75	24.264,97
OCTÁVIA		
1.4 TSI 150 cv Style Cx 6v	20.987,05	27.848,40
1.4 TSI 150 cv Style DSG Cx 7V	23.230,80	30.455,90
1.6 TDI 90 cv Style Cx 5V	18.839,30	26.788,60
1.6 TDI 105 cv Style DSG Cx 7V	22.165,30	31.132,70
2.0 TDI 150 cv Style Cx 6V	21.488,70	32.924,90
2.0 TDI 150 cv Style DSG Cx 6V	22.816,00	35.232,30
OCTÁVIA BREAK MY17		
1.4 TSI 150 cv Style Cx 6V	21.794,66	28.897,70
1.4 TSI 150 cv Style DSG 7V	24.039,70	31.468,10
1.6I TDI 110 cv Style Cx 5V	21.083,00	29.717,10
1.6I TDI 110 cv Style DSG Cx 7V	22.860,10	31.987,30
2.0 TDI 150 cv Style Cx 6V	22.296,30	33.833,90
2.0 TDI 150 cv Style DSG Cx 6V	23.849.10	36.503,10
2.0 TDI 184 cv Limo RS 6v	24.567,27	37.386,36
20 TDI 184 cv Limo RS DSG 6v	26.621,75	40.924,07
SUPERB MY 17		
1.6 TDI 120 cv Style Greenline Cx. 6v	25.976,24	35.280,56
1.6 TDI 120 cv Style DSG Cx7V	27.144,11	37.509,67
2.0 TDI 150 cv Ambition Cx 6V	23.416,24	35.380,12
2.0 TDI 150 cv Style Cx 6V	25.534,23	37.985,25
2.0 TDI 150 cv Style DSG Cx 6V	26.604,89	40.145,70
2.0 TDI 190 cv Style Cx 6V	27.109,12	39.838,01
2.0 TDI 190 cv Style Cx DSG Cx 6v	28.068,31	41.945,70
SUPERB BREAK		
1.6 TDI 120 cv Style Cx 6V	26.287,32	36.793,23
1.6 TDI 120 cv Style DSG Cx 6V	28.135,71	38.729,33
2.0 TDI 120 cv Ambition Cx 6V	24.173,22	36.479,92
2.0 TDI 150 cv Style Cx 6V	26.470,09	39.305,07
2.0 TDI 150 cv Style DSG Cx 6V	27.477,24	41.415,07
2.0 TDI 190 cv Style Cx 6V	27.933,50	41.020,71
2.0 TDI 190 cv Style DSG Cx 6V	29.005,46	43.182,75
YETI OUTDOOR		
1.6 TDI CR 110 cv Style Cx 5V	20.079,69	32.119,71
1.6 TDI CR 110 cv 4x4 Ambition Cx 6V	19.854,41	35.032,32
2.0 TDI CR 150 cv Style Cx 6V	21.267,53	34.712,55
2.0 TDI CR 150 cv 4x4 Style Cx 6V	21.020,49	38.053,57
2.0 TDI CR 150 cv 4x4 Style Cx 6V	25.410,89	41.305,54
2.0 TDI CR 145 cv 4x4 Style DSG Cx 6V	25.780,81	44.820,16

Elo
Associação dos Deficientes das Forças Armadas

ADFA

PADM
PLANO DE AÇÃO PARA APOIO AOS DEFICIENTES MILITARES

FICHA TÉCNICA
PROPRIEDADE E EDIÇÃO:
Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA
Pessoa Coletiva n.º 500032246
Email – jornal.elo@adfa-portugal.com
Internet – http://www.adfa-portugal.com
Direção, Administração, Edição e Redação
Av. Padre Cruz
Edifício ADFA – 1600-560 LISBOA
Telefone – 21 751 26 00
Fax – 21 751 26 10
DIREÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO
Manuel Lopes Dias, António Garcia Miranda, Ludgero Sequeira, Carlos Fanado, Aníbal Marques, Armindo Matias
DIRETOR – José Diniz
REDAÇÃO
Editor/Jornalista: Rafael Vicente (cart. prof. 3693);
Fotojornalista: Farinho Lopes (cart. prof. 4144);
Coordenação Gráfica: Ivo Mendes

CORRESPONDENTES Paulo Teves (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Mangana (Castelo Branco), José Girão (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Anquises Carvalho (Famalicão), José Mestre (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), João Nobre (Madeira), Abel Fortuna (Porto), José Faria (Setúbal) e João Gonçalves (Viseu)

COLABORADORES PERMANENTES: MC Bastos (Episódios), António Cardoso (Informática); Ângela Henriques (Nutricionista Delegação do Porto); Helena Afonso (Serviço de Apoio Jurídico Nacional); Manuel Ferreira (Museu da Guerra Colonial); Paula Afonso (Centro de Documentação e Informação); Victor Sengo (Coluna do Zangão); Nuno Santa Clara Gomes (A meu ver); António Cabrera (Saúde e Bem-Estar); Ariadne Pignaton (Memória).

ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Fax: 21 751 26 10
IMPRESSÃO: FIG - Indústrias Gráficas, S.A. – Rua Adriano Lucas, 3020-265 Coimbra - E-mail: fig@fig.pt – Tel.: 239 999 922

REGISTO DA PUBLICAÇÃO NO ICS – 105068/77 Depósito Legal – 99595/96
ASSINATURA ANUAL – 7,00 euros.
Tiragem deste número **9000 ex**.
Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das direcções das Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.

Audiência com a secretária de Estado da Defesa Nacional

Decisão política salvaguarda especificidade dos deficientes das Forças Armadas

A introdução de um artigo 12º na proposta de Estatuto do Antigo Combatente garante a autonomização de um Estatuto dos deficientes das Forças Armadas a consagrar em Lei

FOTO RAFAEL VICENTE



A secretária de Estado da Defesa Nacional (SEDN), Ana Santos Pinto, quis ouvir a ADFA em audiência que se realizou no dia 2 de abril, por solicitação da governante, para apresentar o Estatuto do Antigo Combatente.
Na ocasião, a ADFA reiterou a posição constante no parecer enviado à SEDN no dia 29 de março, que foi lido na íntegra e aplaudido pelos associados presentes na Assembleia-Geral Nacional, de 30 de março, em Viseu. O documento que resume a posição da ADFA face a esta matéria está publicado na íntegra junto dos documentos aprovados na AGNO, na página 15.
A Associação, reiterando o seu "apreço pela iniciativa política de consagrar o reconhecimento da Pátria por aqueles que combateram ao seu serviço na Guerra Colonial, em forma politicamente reforçada, em Lei da República". A ADFA realçou também nessa resposta à SEDN a necessidade de criação de um Estatuto do Deficiente Militar, face à especificidade de que se reveste a situação legislativa respeitante aos deficientes das Forças Armadas, evidenciando o quadro legal que abrange todos os estatutos de deficiente militar. A posição da ADFA motivou a solicitação da governante, que entendeu ouvir os seus fundamentos. O presidente Manuel Lopes Dias, o vice-presidente António Garcia Miranda, o tesoureiro Armindo Matias e o vogal Ludgero Sequeira representaram a ADFA nesta audição.
No decorrer dessa reunião foi remetida à ADFA pela chefe do Gabinete da SEDN, Noémia Pizarro, informação sobre a inclusão de um novo artigo (12º) no Estatuto do Antigo Combatente, "respondendo assim às preocupações expressas pela ADFA e abrindo o caminho à elaboração de um Estatuto próprio" para os deficientes militares.
O todo associativo recebeu a informação sobre estas reuniões e propostas, reforçando a Direção Nacional no diálogo aberto com a SEDN.
O ELO publica na íntegra a proposta enviada pela ADFA ao Gabinete da secretária de Estado da Defesa Nacional, agradecendo o reconhecimento por parte da governante das posições da Associação, referentes ao Estatuto do Antigo Combatente, com a inclusão do novo "Artigo 12º - Disposições finais". A Associação recomendou uma redacção final com ligeiras alterações e com o seguinte teor:
"Artigo 12.º
Disposições finais
1 - O Estatuto do Antigo Combatente apenas se aplica aos Deficientes das Forças Armadas que estejam incluídos no âmbito do artigo 1.º.
2 - O Estatuto do Antigo Combatente não prejudica a natureza, as necessidades e os direitos específicos dos Deficientes das Forças Armadas, a consagrar em Estatuto, tendo em conta o regime legal específico que lhes é aplicável e o âmbito de aplicação deste regime legal, que não se restringe ao universo dos antigos combatentes."
Com a inclusão do "Artigo 12º - Disposições finais", a ADFA "reconhece a vontade política da senhora secretária de Estado da Defesa Nacional, professora doutora Ana Santos Pinto, na salvaguarda da situação específica dos deficientes militares", referiu Manuel Lopes Dias, presidente da DN.

Cerimónias do Dia do Combatente

A ADFA esteve nas Cerimónias do Dia do Combatente (que comemora o 9 de abril de 1918, dia da Batalha de La Lys - na Primeira Grande Guerra), que se realizou no dia 06 de abril, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na cidade da Batalha.
Do programa das celebrações constaram: uma celebração eucarística presidida pelo Bispo Capelão-Mor das Forças Armadas, D. Rui Valério; concentração das forças militares em parada, em frente à fachada principal do Mosteiro; prestação de honras militares, depois da chegada das altas entidades convidadas e do ministro da Defesa Nacional, da secretária de Estado da Defesa Nacional e do almirante CEMGFA; alocuções do presidente da Liga dos Combatentes e do ministro da Defesa Nacional; imposição de condecorações; desfile das Forças em Parada; assinatura do Livro de Ouro da Liga dos Combatentes, no Museu das Oferendas; deposição flores no Túmulo do Soldado Desconhecido e prestação de honras militares na Sala do Capítulo; almoço de confraternização no RA 4, em Leiria.
As comemorações do Dia do Combatente, da 83ª Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido e do 101º Aniversário da Batalha de La Lys vão ser publicados na próxima edição do ELO (506), no fim do mês de abril, em reportagem escrita e fotográfica.

ADM de volta aos hospitais CUF

Grupo José Mello Saúde fez saber, em informação divulgada em 2 de abril, que os acordos com a Assistência na Doença aos Militares (ADM) deixaram de estar suspensos. Em comunicado disponível no site do IASFA lê-se que "o IASFA, I.P., informa que o Grupo José de Mello Saúde decidiu levantar a suspensão do acordo para a prestação de cuidados de saúde aos beneficiários do Subsistema Público de Assistência na Doença aos Militares (ADM), que estava prevista a partir de 1 de abril de 2019".
A ADFA acompanha com atenção e preocupação o evoluir desta situação.